

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ANA CLÁUDIA VASCONCELOS MENDES

PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL:
Uma Perspectiva do Serviço Social

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2019

ANA CLÁUDIA VASCONCELOS MENDES

**PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL:
Uma Perspectiva do Serviço Social**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli.

São Paulo

2019

Banca Examinadora

Dedico a todas as mulheres do mundo, que resistiram e resistem às opressões cotidianas. Em especial, Leandra (minha avó), e Fátima (minha mãe).

“O PRESENTE TRABALHO FOI REALIZADO COM APOIO DA COORDENAÇÃO
DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - BRASIL (CAPES)
– CÓDIGO DE FINANCIAMENTO 88887.165143/2018-00”

AGRADECIMENTOS

Para agradecer é assim um tanto de gente, que de tão especiais prefiro agradecer pessoalmente.

(Criolo Doido, 2010)

Os versos de Criolo expressam minha vontade, mas também é necessário registrar meu profundo amor, carinho, afeto e agradecimento o mais devidamente possível – assim pretendo – a todas as pessoas que permitiram e contribuíram para o presente trabalho.

Agradeço a bolsa de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Às minhas mais velhas e aos meus mais velhos, ancestrais com quem pude conviver até a vida adulta e que compartilharam sua valiosa sabedoria, que não se encontra em livros ou prateleiras, e, sim, na permissão de silenciar, escutar e conversar/partilhar: bisavós Carlinda e Alexina, avô Luís e avó Leandra e tio Dico, que infelizmente não estão mais presentes, mas que permanecem vivas/os no coração e memórias, fazendo ecoar suas histórias e ensinamentos a todo o momento.

À minha mãe, Fátima, e ao meu pai, Ailton, que sempre fizeram, e muito fazem, até hoje, o possível e impossível para cuidar de mim e do meu irmão, nos nutrindo de um amor e uma atenção que só são possíveis em uma relação de muita cumplicidade, garantindo o cuidado e mostrando-se companheiros leais e presentes todo o tempo; apoiando-me em todas as minhas escolhas, ainda que isso lhes provoque mal-estar, como, por exemplo, a minha vinda para São Paulo. Ainda não foram criadas palavras para expressar toda minha gratidão, o que sei é que os amo muito e que este trabalho ganha ainda mais sentido ao dedicá-lo a vocês, que foram essenciais para que se realizasse.

A todos os meus familiares que, como meus pais, me preenchem com demonstrações de amor e atenção e me apoiam, acolhem e contribuem para minha permanência em São Paulo: tia Dalva, tio Alcides, primo Robson e família, e todas e

todos mais, porque a lista é tão, tão grande, que ocuparia todo o espaço da dissertação.

Ao meu amado companheiro de vida e alma, Daniel, que nos conectou com um amor que fortalece e contribui com nossas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais; é um dos responsáveis por minha permanência em São Paulo. Agradeço pela companhia inseparável na vida, no dia a dia e nas inumeráveis e extensas horas de pesquisa, estudo, leitura, escrita e revisão, com paciência, às vezes maior, ou menor, para escutar minhas felicidades e conquistas, bem como as angústias, tristezas, dores e os medos, mas, do seu modo, contribui muito para mim, e sei quanto sou assim para você. Que nossos desentendimentos sejam superados, cada vez mais, com maturidade e rompimento do patriarcado, machismo e privilégios. Amo você!

Meus queridos “mais-que-amigos” Guto e David, pela atenção, pelo afeto e pela troca de conhecimentos, pelas infindáveis reflexões e discussões sobre o cotidiano que se apresenta, na maioria das vezes, muito mais difícil para quem vive “da ponte para cá”; esses momentos foram fundamentais para que eu tivesse força para atravessar a ponte com tudo o que isso representa e ocupasse um lugar que deveria ser direito de todos.

Às “manas”, guerreiras, mulheres que me inspiraram e que secaram minhas lágrimas quando deu e, quando não, choraram comigo. Que dividiram a angústia de ser mulher em uma sociedade que nos massacra, nos mata e tenta incessantemente limitar nossa potência revolucionária que se manifesta até nas mínimas ações do cotidiano, mas sempre venceremos. Gratidão à Elaine, Mayalle, Mirian, Karina, Karin, Geice, Monique.

À professora Martinelli, pelo privilégio de ser sua orientanda, pois desde o início teve grande sensibilidade ao acolher e lidar com as minhas reflexões, críticas, meus anseios e também dificuldades na construção da dissertação; sempre se mostrando compreensiva aos impasses que muitas vezes impediram minha participação em alguma atividade e ouvia atentamente tudo o que, para outras pessoas, parecia como insignificante ou “coitadismo”. Além disso, suas aulas em muito contribuíram para o avanço da minha pesquisa, para meu crescimento profissional e pessoal, trazendo reflexões importantes que surgiram nas falas dos

encontros do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (Nepi) e da disciplina de Cotidiano.

À professora Sandra Alencar, que, durante um longo período, dedicou parte do seu tempo a acolher a angústia e o medo que tinha do próprio processo seletivo do mestrado. Trazendo reflexões sempre muito profundas, que possibilitaram aproximar-me da compreensão crítica do que representava a PUC-SP, e porque esses sentimentos tinham a potência de me paralisar em alguns momentos. O encontro com a professora Sandra marcou a possibilidade real de ingresso na pós-graduação. Só preciso dizer-lhe obrigada.

À Milena e sua mãe Sandra, que foram muito especiais e se disponibilizaram a manter inúmeras conversas, que possibilitaram intensa reflexão sobre o processo de produção e reprodução da violência sexual; pelas inúmeras experiências narradas, que dão vida à dissertação; pelo carinho e pela confiança.

RESUMO

A proposta, nesta dissertação, é desenvolver uma análise sobre o processo de produção e reprodução da violência sexual, incluindo elementos históricos, políticos e sociais, que possibilitam adensar e subsidiar essa reflexão, sob a perspectiva crítica do serviço social. Esta discussão adquire consistência considerando que a problemática da violência sexual vem manifestando-se, ao longo dos séculos, perpetrando de forma sutil, ou escancarada, no cotidiano da sociedade, sem que esse fato implique uma reflexão sobre o processo pelo qual se produz e reproduz. A construção das análises é norteadas pelo enfoque de trazer uma compreensão de como a violência sexual se manifesta no cotidiano do ser social, e se intensifica a partir do desenvolvimento de forças antagônicas. Para isso, a pesquisa foi realizada sob uma perspectiva crítica, ontológica, e analisa a violência sexual a partir de seu movimento dentro da totalidade, refletindo modificações mais abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade concreta. Tem como aporte metodológico a história oral de vida, que possibilitou trazer à tona não somente a contradição nas relações, mas principalmente das estruturas sociais que as determinam, por meio das narrativas das vivências experienciadas pelo sujeito da pesquisa. Este estudo propõe-se, portanto, a evidenciar como a violência sexual se manifesta nas sociabilidades, historicamente, e como se sustentam a partir de estruturas políticas, sociais e econômicas, que se reformulam ao longo do tempo e, portanto, firma que há uma determinação estrutural no processo de produção e reprodução da violência sexual fator que, constitui-se a possibilidade de superar análises reducionistas estigmatizantes e contribuir para os estudos acadêmicos em serviço social, bem como com profissionais das mais diversas áreas, que se propõem a trabalhar neste campo, uma vez que se manifesta a natureza coletiva da produção e reprodução da violência sexual.

Palavras-chave: Violência sexual. Serviço social. Ontologia. História. Produção e reprodução.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to develop an analysis about the process of production and reproduction of sexual violence, including historical, political and social elements, which make it possible to consolidate and support this reflection, under the critical perspective of social service. This discussion acquires consistency considering that the problem of sexual violence has been manifesting, over the centuries, perpetrating in a subtle or open way, in the daily life of society. This fact does not imply a reflection on the process by which it is produced and reproduced. The analysis construction is guided by the approach of bringing an understanding of how sexual violence manifests itself in the daily life of the social being and intensifies from the development of antagonistic forces. For this, the research was carried out from a critical and an ontological perspective, and analyzes sexual violence from its movement within the totality, reflecting broader modifications of the concrete reality, but historically changeable. Its methodological contribution is the oral history of life, which made it possible to bring to light not only the contradiction in the relations, but mainly of the social structures that determine them, through the narratives of the experiences experienced by the research subject. This study aims to show how sexual violence manifests itself historically in sociability, and how it is sustained by political, social and economic structures that reform over time. Therefore, it establishes that there is a structural determination in the process of production and reproduction of sexual violence, a factor that constitutes the possibility of overcoming stigmatizing reductionist analyzes and contribute to academic studies in social service, as well as professionals from the most diverse areas that are proposed to work in this field, since it manifests the collective nature of the production and reproduction of sexual violence.

Keywords: Sexual violence; Social service; Ontology; Story; Production and reproduction.

LISTA DE FIGURAS

Fotografia 1 – Cenário da via principal do Jardim São Luiz	65
Fotografia 2 – Cenário da escola do Jardim São Luiz.....	65
Fotografia 3 – Cenário da escola do Jardim São Luiz.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS – Assistente Social

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

PIA – Plano Individual de Atendimento

PP – Política Pública

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SPVV – Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência

Suas – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - Construção ontológica e histórica da violência sexual	24
1.1 Introdução à perspectiva ontológica de György Lukács	24
1.2 O estupro e a questão política: uma perspectiva histórica	33
1.3 Sociabilidades que se formam: uma história a ser desvendada.....	43
CAPÍTULO II - Violência sexual: manifestações no corpo e a tessitura cotidiana.....	49
2.1 A trajetória de Milena	49
2.2 Tocando nas cicatrizes: a violência sexual e sua reprodução na vida cotidiana .	53
2.3 Fotografias do território: complexidades da realidade periférica	59
CAPÍTULO III - Serviço social e a violência sexual: compreensão e intervenção	67
3.1 Contribuições do serviço social: um convite à crítica	67
3.2 Serviço social: escuta e intervenção	71
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

A proposta, nesta pesquisa, é desenvolver uma análise sobre o processo de produção e reprodução da violência sexual, incluindo elementos históricos, políticos e sociais, que possibilitam adensar e subsidiar essa reflexão, sob a perspectiva crítica do serviço social.

Com o avanço do capitalismo, os cenários tornam-se complexos e são agravadas as formas como os problemas sociais se multiplicam e se diversificam. O pensamento conservador assume novas formas e se evidencia cada vez mais no discurso e na prática, pois a

lógica da acumulação flexível e a financeirização da economia expandiram-se por todo o mundo, mantendo-se como perspectiva orientadora da economia, da vida social, da política, das relações internacionais e da cultura na maioria dos países de todos os continentes. (YAZBEK, 2017, p. 4).

Isso implica não somente a relação de trabalho/exploração, mas, principalmente, a forma como passamos a compreender os problemas sociais, individualizando e culpabilizando o indivíduo e retirando as dimensões política, social, econômica e histórica dos problemas sociais. Nesse contexto, ressalta-se a importância desse debate assumir, como parte de sua diretriz, a perspectiva da totalidade, da crítica, na busca pela compreensão do processo de produção e reprodução da violência sexual.

A necessidade de compreender essa problemática surge e se desenvolve de modo essencialmente particular, a partir da realidade vivenciada pela própria autora, que, na condição de mulher pobre, experienciou abusos das formas mais diversas, principalmente as relacionadas à sexualidade. Algumas naturalizadas, outras sobre novas roupagens, e, ainda, aquelas que atravessaram gerações de maneira despercebida, mas que hoje são compreendidas e usadas como combustível para o debate proposto nesta dissertação. Dentre elas, uma, em especial, levou à busca por compreender as representações mais complexas que envolvem as situações de violência sexual vivenciadas por mulheres e crianças, e que, neste trabalho, se faz necessário colocar não somente para apresentar como essas questões surgem, mas também como forma de resistência, que se apresenta ao não se calar diante das

situações diárias que coloca a mulher e a criança em uma condição vulnerável a inúmeras situações de violência de gênero.

Ao chegar na cidade de São Paulo, em busca por melhores condições de vida, uma situação em específico traz à luz as perguntas para as quais se pretende obter resposta aqui. Com o apoio de uma tia, na oferta de moradia, iniciei a caminhada na cidade dos sonhos, mas logo nos primeiros trinta dias de convivência na casa, foi possível perceber os olhares de cobiça de seu marido sobre meu corpo, o que causava um sentimento de enorme constrangimento. Até que, na primeira ocasião em que sua esposa se ausentou, sentiu-se no direito de tocar meu corpo sem qualquer autorização, indo até o local onde dormia para persuadir-me a ter relação sexual.

Assustada, consegui me trancar em um dos quartos, no qual permaneci por mais de dezessete horas, sem possibilidade de ir ao banheiro ou me alimentar, até conseguir sair e pedir abrigo a um vizinho. Desde que esse episódio aconteceu, o silêncio e o medo tornaram-se cada vez mais presentes. Em algumas tentativas de falar sobre o acontecido com alguns familiares, fui orientada a manter segredo. Alegaram que não adiantaria revelar o fato, pois apenas traria sofrimento para a esposa dele, que ainda teria que viver com esse homem sabendo o que ele havia feito, e que esse comportamento era recorrente.

Duas sensações desse período se fazem importantes para esta discussão e dão forma às perguntas que se constituem como norteadoras deste trabalho. A primeira é de constrangimento e culpa, pois me sentia como se tivesse provocado aquela situação, ou seja, a busca de uma justificativa do motivo para ser violentada. A segunda diz respeito ao comportamento do autor da situação de violência, que parecia à vontade e tranquilo durante e depois do ocorrido. Esses dois elementos voltaram à minha trajetória inúmeras vezes, ao andar sozinha pelas ruas e vielas, no transporte público e também durante inúmeros atendimentos sociais no meu percurso profissional e acadêmico.

Ao me aproximar dessas questões, foi inevitável a busca pela compreensão dessa problemática de modo cada vez mais profundo, pois as explicações que se apresentavam até então eram insuficientes e ainda colocavam sob a responsabilidade da mulher, ou da criança, a situação violenta à qual correm o risco de ser expostas. Responder a essas perguntas ultrapassou a trincheira de resolver

uma questão individual, trazendo à tona a possibilidade de intercambiar as experiências, tornando-as uma potência de resistência a ser compreendida.

Entretanto, outro elemento se soma na busca por compreender o processo de produção e reprodução da violência sexual: o de compreendê-lo sob a perspectiva do serviço social, a principal referência teórico-metodológica da autora. O trabalho realizado no Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV)¹, na política pública de assistência social, possibilitou, a princípio, uma aproximação da questão do processo de produção e reprodução, porém, de forma tímida, durante os atendimentos, a pessoas intituladas como “vítimas” e a autores da violência sexual.

Isso porque, na medida em que esses casos chegavam ao serviço, eram encaminhados para atendimentos sempre com profissionais da psicologia. Daí surgiu mais questionamentos, que se juntaram à pergunta inicial sobre o processo de produção e reprodução da violência sexual, ou seja, o motivo desses casos serem destinados apenas aos profissionais da psicologia e não ao assistente social, ao qual ficavam delegadas as tarefas burocráticas do serviço.

O fato de o profissional do serviço social sempre ser solicitado a atuar nas demandas materiais, como se estivessem descoladas das demandas internas e subjetivas, foi um motor para avançar na discussão sob a perspectiva de que o serviço social tem bases teórico-metodológicas para interpretação, discussão do processo de produção e reprodução da violência sexual, e que, sob o ponto de vista crítico, se apresentam como valiosas para a compreensão aprofundada da questão. Portanto, nesse processo da produção e reprodução da violência sexual é que esta análise se constituirá, a partir da perspectiva do serviço social. Assim, a escolha deste tema perpassa também por experiências vivenciadas na trajetória profissional da autora, quando foi possível articular os problemas que aparentemente se

¹ Serviço da proteção social especial de média complexidade, referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas e que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio do atendimento social, psicossocial e socioeducativo na perspectiva da interdisciplinaridade e articulação intersetorial para atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência física, psicológica, negligência e abuso ou exploração sexual, bem como aos seus familiares e, quando possível, ao autor de violência, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida (Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28944. Acesso em: 20 abr. 2019 - Editado).

apresentavam de forma individual, revelando sua verdadeira origem social e coletiva.

Para desenvolver esta pesquisa, ainda foi preciso superar as mais diversas situações que impediam o prosseguimento em busca da compreensão da questão com subsídios filosóficos, sob a ótica do serviço social, o qual se pretende apresentar, ainda nesta introdução, mas, antes, vale dizer que serão trazidas sob a perspectiva da compreensão das questões aqui apresentadas. Para o desenvolvimento da questão, dentro da estrutura acadêmica científica, precisaram ser intercambiadas barreiras de acesso que foram determinantes para chegar à escrita deste material.

A primeira delas foi ser admitida no processo seletivo da PUC-SP e ingressar no Mestrado em Serviço Social, o qual possibilitaria uma aproximação com referenciais teóricos e metodológicos, assim como contar com a orientação de importantes referências da área. Esse caminho não foi simples, pois a educação continuada ainda se mantém no campo do privilégio e essa é a segunda conquista. Eu, mulher, periférica, sou descendente de uma família de origem de povos tradicionais, que mal tiveram a oportunidade de terminar o ensino fundamental e que compõe uma imensa parcela da população deste País que ainda batalha por sobrevivência.

Então, estar no quarto andar da PUC, espaço dos programas de pós-graduação, e ocupar esse lugar para a busca da compreensão mais aprofundada sobre o processo de produção e reprodução da violência sexual, é também reafirmar, todos os dias, a luta e resistência contra as mais diversas formas de opressão e discriminação que nos atingem cotidianamente. O que não era previsto é que esse processo de opressão e discriminação seria vivenciado dentro do próprio espaço acadêmico, que frequentemente se apresenta como uma grande barreira a ser superada.

A participação nas aulas e a convivência no espaço acadêmico exigiram um enorme dispêndio de energia, e foi preciso aprender a lidar com questões como a relação raça e classe, pois estava visível que as pessoas negras, ou não brancas, na PUC, estavam frequentemente na recepção, segurança, limpeza, lanchonete, copiadoras, e que, na contramão disso, os alunos e o corpo docente, salvo em raras exceções, eram brancos e de classes média e alta. Mais do que lidar com o cenário que se apresentava diariamente excludente, era preciso também tentar digerir

discursos que fortaleciam e justificavam os privilégios, normalmente sustentados por uma superficial e aparente leitura da realidade.

Ainda nas primeiras idas à universidade, em um diálogo com um doutorando sobre a dificuldade de acesso ao ensino superior de qualidade, ele disse que considerava “a PUC democrática porque não tem catracas para entrar” e qualquer pessoa poderia fazer uso da biblioteca e assim se preparar para o vestibular, etc. Fiquei pensando o quão distanciado está da realidade essa reflexão, não sabendo ele que, assim como eu, para muitos, chegar a tão democrática universidade era necessário passar por quatro catracas, a um valor de cinco reais e sessenta e cinco centavos (valor, inclusive, que muitos não teriam para chegar até lá).

Em outro diálogo, sobre questão racial, uma assistente social, doutoranda, branca, do programa de pós-graduação em serviço social, afirmava que “a discussão sobre racismo na universidade é desnecessária e cada um deve ficar com seus privilégios”.

A cada intervalo para café, no qual via os colegas saboreando um lanche ou mesmo um suco, era possível ouvir o ronco da barriga, que transcendia a própria fome. A cada apresentação dos colegas de sala, sobre o livro *O Capital*, parecia fluir naturalmente a discussão entre eles, eu, que mal o compreendia, dada a densidade e pela incapacidade de estar em um programa que acolhe a diversidade no próprio processo de aprendizado. E, ainda, cada vez que a professora tirava e colocava os óculos, ao explicar a teoria marxista, o coração gelava, me escondia entre as pessoas, para que não ficasse evidente minha dificuldade - o que influenciou determinantemente nas notas alcançadas nas disciplinas. A insegurança e a baixa autoestima me levavam a gastar mais tempo com medo do que produzindo o que havia me levado até lá: a busca por compreender o processo de produção e reprodução da violência sexual sob a perspectiva do serviço social.

Outro desafio foi as condições objetivas de moradia, que influenciavam tanto no acesso à universidade quanto no processo de produção intelectual. Com a distância, o cansaço e os desgastes físico e psicológico eram sensações frequentes. Moradora do distrito do Jardim Ângela, uma das mais conhecidas periferias de São Paulo, principalmente pelo alto índice de violência, localizada a mais de 30 quilômetros da universidade, tornava necessário utilizar transporte público precário, ônibus, trem e metrô, logística que, no trânsito de São Paulo, pode levar até 7 horas para ir e voltar da universidade, somadas às jornadas de trabalho doméstico e CLT.

Muitos dos valores morais foram questionados e, por vezes, quase me venceram, mas resistir também é uma das atitudes que precisamos aprender rápido, na vida, quando se é mulher e se vive na periferia; assim, a própria sobrevivência torna-se o maior ato de resistência.

Nos domingos e feriados, momentos em que tinha mais tempo reservado para o estudo e a escrita da dissertação, frequentemente, era interrompida por cenas de violência, principalmente as relacionadas ao gênero. Mulheres aos gritos, pedindo socorro, sons de socos e coisas sendo quebradas, tudo acrescido de um pedido de “pare!”. Outras vezes era o som do baile que se iniciava no sábado e atravessava a noite, chegando ao fim com intervenção policial, tiros, bombas e muita correria, motos e carros em fuga, pessoas correndo e muita gritaria. Cenas de crianças e adultos sobrevivendo na complexidade da vida cotidiana.

Portanto, não é de nenhuma forma aleatória a introdução dos aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos que se inserem na constituição do problema que se pretende desenvolver aqui. Pelo contrário, nesta análise acerca da produção e reprodução da violência sexual sob a perspectiva do serviço social, ganha centralidade, pois o próprio encontro com o tema pressupõe um ato político, considerando que ele surge sob os processos sociais vivenciados e experienciados em uma dinâmica social complexa que se faz presente e fundante na construção da própria questão. Desse modo, a conjuntura social, política e econômica, se fez presente desde o processo de formulação das perguntas da pesquisa até todo o processo de desenvolvimento.

Para sua materialização, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, na perspectiva histórica. Na sequência, a pesquisa de campo privilegiou a abordagem qualitativa, por meio da história oral de vida, por considerar a relação dialética entre objetividade e subjetividade, que compõe a questão do processo de produção e reprodução da violência sexual. O caminho percorrido contou com instrumentos e técnicas que possibilitaram a efetivação da pesquisa, de modo a privilegiar a análise da trajetória da participante, bem como do cotidiano.

Nesse contexto, por se tratar de um tema complexo e frequentemente envolvido por valores morais, ressalta-se a importância de uma aproximação do cotidiano que a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador, de forma a abarcar suas especificidades. Isso por compreender que as vivências cotidianas da mulher

interlocutora neste trabalho são essenciais na tessitura de uma reflexão mais profunda e que se aproxime ao máximo possível dos sentidos que sustentam esse modo de violência até os dias atuais.

Para Martinelli (1999), há de se considerar ainda que, na pesquisa qualitativa, existem três pressupostos, que são fundamentais, sendo, o primeiro deles, exatamente o reconhecimento da singularidade do sujeito, afinal, cada pesquisa é única e deve promover o conhecer do sujeito, ouvindo-o, escutando-o, deixando que se revele. Esse pressuposto insere a importância dos sentidos que Milena, no caso desta pesquisa, atribui aos conteúdos vivenciados por elas, visto que, no próprio processo de desenvolvimento da pesquisa, a construção do conhecimento é inevitavelmente pelas duas partes, tanto de quem é o pesquisador quanto de quem é o sujeito participante da pesquisa.

O reconhecimento e a importância de se conhecer a experiência social do sujeito destacam-se como o segundo pressuposto, que se caracteriza por conhecer o modo de vida do sujeito, ou seja, a maneira como ele construiu e vive sua própria vida. Nesse, os modos de resistência e existências compõem elementos importantes para a construção do conhecimento, pois é nesse modo de vida que possivelmente encontraremos os elementos sociais, históricos, políticos e culturais que constituem e possibilitam tanto as vivências de violência quanto as de resistência.

Por fim, o terceiro pressuposto parte exatamente do reconhecimento de que, conhecer o modo de vida do sujeito, pressupõe exatamente o conhecimento de sua experiência social, que implica ainda mais a retomada dos significados atribuídos, e institui, ao longo de suas experiências de vida, sua relação com o meio social, as reflexões e compreensões do fato vivido. A esse respeito, Lukács acrescenta que:

O ser humano, na medida em que é ser humano e não somente um ser vivo puramente biológico, fato que jamais acontece na realidade, não pode ser, em última análise, separado de sua totalidade social concreta, do mesmo modo como, ainda que a partir de outras bases ontológicas e portanto de modo diverso, o órgão pode ser descartado da totalidade biológica. (LUKÁCS, 2013, p. 346).

Nessa perspectiva, denota-se a importância da participante para a pesquisa e para que sua singularidade seja evidenciada, não se pode retirar o sujeito de seus contextos social, histórico, político e econômico. Objetiva-se, então, promover a imersão da subjetividade e do simbolismo particular da participante em seu contexto social. Assim, considerando a natureza da pesquisa qualitativa é que surge a opção pela história oral de vida. Essa escolha não se dá apenas pelas qualidades e virtudes que apresenta, mas por manter o caráter ético-político que cabe aos profissionais.

A História Oral, como metodologia de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade – os padrões culturais – estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de conversas com pessoas. [...] constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem. (CASSAB, 2003, p. 1).

Nesse sentido, o desenvolvimento desta pesquisa tende a incluir as estruturas sociais, econômicas, culturais e históricas como indispensáveis no processo de desvendar a questão da violência sexual e seu processo de produção e reprodução nas relações sociais sob a perspectiva crítica. A metodologia da história oral de vida, ao objetivar “identificar processos individuais, coletivos, cotidianos, situacionais e sociais tendo como referência a sociedade com suas condições estruturais, conjunturais, produtivas e objetivas” (MEIHY, 2002, p. 246), possibilita um aprofundamento no interior do desenvolvimento da questão da violência sexual, adentrando no campo da contradição, a partir dos elementos vividos e narrados pela participante.

Recorrer ao aporte metodológico da história oral de vida e trazer a tona não somente a contradição nas relações, mas principalmente das estruturas sociais que as determinam, e é por meio das narrativas das vivências experienciadas por uma mulher que se pretende apreender como se constitui e se reproduz a violência sexual, incluindo como parte fundante desta análise o pressuposto de que no “mundo da pseudoconcreticidade é um claro e escuro de verdade e engano” (KOSIK, 2002, p. 15) e que, portanto, partir da realidade vivida, é fundamental para desvendar o que se propõe aqui.

Para a construção da análise aqui proposta sobre a violência sexual, sua produção e reprodução, uma mulher foi especial: Milena. Nosso primeiro encontro se deu no SPVV e constituiu parte essencial deste trabalho, pois, a partir das narrativas, reflexões, elaborações e resistências reveladas durante inúmeros encontros é que foi possível uma aproximação intensa, durante dois anos, o que possibilitou o caminho para as análises aqui desenvolvidas. Milena traz em sua trajetória a experiência de uma vida marcada pela violência sexual, nas suas mais diversas formas de materialização, ora no seu próprio corpo, nos corpos de sua mãe, suas amigas e vizinhas.

A metodologia do presente estudo está embasada na perspectiva do materialismo histórico-dialético e na história oral, como possibilidade de superar análises reducionistas estigmatizantes e contribuir para os estudos acadêmicos em serviço social, bem como com profissionais das mais diversas áreas, que se propõem a trabalhar neste campo.

Assim, no primeiro capítulo, pretende-se trazer as contribuições da obra do filósofo György Lukács (2013), que será tomado como principal referencial teórico para análise da produção e reprodução da violência sexual, pois traz a centralidade do trabalho como fundante do ser social, pois este não se constitui sem tal mediação, e de acordo com o referido autor, o trabalho “está no centro do processo de humanização do homem” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 2001). Aqui a proposta será extrair de parte de sua obra toda a contribuição possível para este debate, tendo em vista que o mesmo se dedica ao profundo estudo da ontologia do ser social e que aqui nos indicará um ponto de partida sobre como surge e se reproduz a violência sexual sob uma perspectiva crítica.

Será utilizado também como referência, principalmente no que se refere aos processos históricos que evidenciam o processo de reprodução da violência sexual, a autora Silvia Federici (2017), que, ao longo da construção desta pesquisa, foi nos revelando mais aprofundadamente as origens política, social, econômica e histórica dos processos de violação, em que as mulheres e crianças são submetidas durante séculos, com propósitos definidos.

Sua contribuição traz, para este debate, os contextos em que as mulheres foram consideradas potências revolucionárias ameaçadoras, que precisavam ser

dizimadas e, portanto, se instituem, ao longo dos séculos, sociabilidades pautadas na exploração e dominação de seus corpos, firmado essencialmente pelo patriarcado.

Para isso, a presente pesquisa baseia-se em literaturas contemporâneas conectadas com a busca em acender o debate acerca da violência sexual sob a perspectiva das relações de gênero, pensadas e operadas em uma superestrutura, o que contribui para preencher as lacunas da literatura especializada sobre violência sexual no serviço social.

Assim, considerando a relevância de compreender como as relações sociais são mediadas e operam, dentro de um tipo estrutural de fundo, constituído a partir do trabalho, Lukács considera que:

revela sempre traços essenciais comuns: assim como, no próprio trabalho, o saber real sobre os processos naturais que em cada oportunidade se põem em questão, foi inevitável para poder desenvolver com êxito o intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, do mesmo modo um certo saber sobre o modo pelo qual os homens são feitos, sobre as suas recíprocas relações sociais e pessoais, é aqui indispensável para induzi-los a efetuar posições teleológicas desejadas. (LUKÁCS, 2009, p. 236).

Nesse sentido é que será conduzido o primeiro capítulo, na busca por compreender os processos em que se produz e reproduz a violência sexual e iniciar, mas não esgotar, um diálogo que retome os processos filosóficos e fundantes da questão da violência sexual.

No segundo capítulo, são trazidas as narrativas de Milena, que constituem parte essencial deste trabalho. Elas possibilitaram um aprofundamento da análise sobre o processo de produção da violência sexual, e revelam em si como a reprodução opera no cotidiano. Uma vida marcada por inúmeras situações de violência, que se mostra na maioria das vezes como um “fardo” a ter que suportar, dentro de uma conjuntura que se apresenta cada vez mais opressora, principalmente para mulheres e crianças.

Ao trazer as experiências de Milena, surge como fundamental para construção da análise apresentar o lugar em que ela vive e assimila os valores socialmente compartilhados, constituído sob um legado do qual pouco falamos, ou pouco consideramos, ao fazer uma análise sobre as violências reproduzidas: a própria formação sócio-histórica brasileira, no qual poderá se observar o processo

de violação do corpo feminino, principalmente das mulheres negras, indígenas e brancas pobres.

No terceiro capítulo, pretende-se trazer as contribuições do serviço social, que, durante muito tempo, na trajetória profissional como assistente social da autora, no SPVV, foi excluída dos processos de compreensão, interpretação e intervenção nos casos de violência sexual, mas que aqui foram essenciais para traçar uma análise que buscou a totalidade, a dialética, de modo a possibilitar estratégias de intervenção capazes de quebrar o ciclo da violência.

As reflexões desenvolvidas são fruto da contribuição desta profissão, que vem propondo, desde sua reconceituação iniciada na década de 70, uma compreensão dos problemas sociais que se intensificam a partir do modo capitalista de produção, para além de dar respostas às demandas aparentes.

Assim, este trabalho inicia-se com propósito de produzir, por meio de uma perspectiva crítica, uma análise do processo de produção e reprodução da violência sexual, no qual abarcará a especificidade de trazer para o debate os contextos político, cultural, social, econômico e histórico da questão, de modo que se torne um importante instrumento para discussões nesse campo, transcendendo análises focalizadas e restritivas, mas que alcance, sobretudo dos pontos de vista filosófico, teórico-metodológico e ético-político, novas conexões e contribuições com as demais áreas de conhecimento e trabalho, estabelecendo-se como fonte intelectual para incluir análises mais amplas de leitura de realidade.

CAPÍTULO I - CONSTRUÇÃO ONTOLÓGICA E HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

1.1 Introdução à perspectiva ontológica de György Lukács

Para ele, ela era uma mercadoria fragmentada cujos sentimentos e escolhas raras vezes eram consideradas: sua cabeça e seu coração estavam separados de suas costas e mãos, e divididas de seu útero e vagina. Suas costas e músculos eram forçados no trabalho do campo [...] às suas mãos se exigia cuidar e nutrir o homem branco [...] sua vagina, usada para o prazer sexual dele, era a porta de acesso ao útero, lugar para os investimentos dele – o ato sexual era o investimento de capital, e o filho, a mais-valia acumulada. [...] (OMOLADE, 1983, *apud* FEDERICI, 2017, p. 113, grifos da autora).

A referência acima descortina um cenário que nos desafia e evidencia a complexa estrutura em que a questão da violência sexual está inserida, sinalizando quanto foi e ainda é instrumento de dominação e exploração dentro do modo capitalista de produção e do processo de produção e reprodução das relações sociais. De antemão, nos indica que essa problemática não deve ser resumida e tratada apenas como uma questão individual, ou seja, não se trata de um indivíduo que age apenas para satisfazer suas necessidades e desejos, ou até mesmo uma questão do exercício do poder masculino isolado de um processo histórico, que será mais especificamente desenvolvido nos próximos capítulos.

Sob essa perspectiva é que será conduzido este primeiro capítulo, que pretende iniciar um diálogo que retome os processos filosóficos e ontológicos fundantes da questão da violência sexual. Para isso, será tomado como principal referencial o teórico György Lukács (2013), que traz a centralidade do trabalho como fundante do ser social, pois este não se constitui sem tal mediação e, de acordo com o referido autor, o trabalho “está no centro do processo de humanização do homem” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 2001).

O que se apresenta a partir dessa perspectiva é o indicativo de que a violência sexual se constituiu no complexo processo histórico e o que vivenciamos nos dias atuais tem suas bases fundadas em estruturas sólidas, com objetivos bem definidos. Ao “mostrar como as categorias fundamentais e suas conexões no ser

social já estão dadas no trabalho” (LUKÁCS, 2009, p. 238), e que qualquer estágio do ser social tem caráter de complexo, novamente o trabalho ganha centralidade, na medida em que se pretende analisar os sujeitos e os problemas que os envolvem, pois “no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto” (LUKÁCS, 2009, p. 236).

No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo dentro do ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Na medida em que as condições de trabalho se complexificam e se intensificam, as relações humanas também se dinamizam, favorecendo a criação de inúmeras formas de expressão da *questão social*², entre elas, a violência sexual. O trabalho, como mediação, ganha centralidade, mas vale retomar o motivo. Ao buscar compreender o processo de produção da violência sexual, estamos retomando a tal centralidade, e essa resposta, sob o ponto de vista lukatiano, não é difícil de responder, pois,

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc..) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 44).

² “O serviço social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o *conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2014, p. 27, grifos originais da autora).

O trabalho constitui esse processo ontológico do ser social, bem como a própria mediação entre o homem e a natureza, o que possibilita modos de sociabilidades cada vez mais avançadas. Esses avanços nos levam a saltos, de tempos em tempos, e os modos como as sociabilidades vão se constituindo são fundadas nesse processo como, por exemplo, o desenvolvimento da tecnologia institui hoje novos modos de comunicação, de relações, que atingem até as mínimas ações do cotidiano (interações por meio das redes sociais - virtualmente).

No entanto, é também em nome desses avanços que, na maioria das vezes, se produz uma série de problemas sociais, que são identificados mais tarde, de forma isolada. Ao reconhecer, na obra de Lukács, contribuições que dialogam com os fenômenos causais (não são proposições teleologicamente desejadas), aqui se apresenta a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada da violência sexual. Isso porque o “trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais” (LUKÁCS, 2009, p. 231).

Essas posições teleológicas, que constituem o trabalho e seus efeitos causais, têm, com o aumento das populações e, conseqüentemente, das sociedades, os mais diversos avanços, que a cada momento pode se apresentar de forma mais aprimorada, como, por exemplo, a inserção das máquinas no processo de produção industrial; a informatização dos equipamentos; entre outros. Ao mesmo tempo, tem-se um agravamento e o aparecimento de novos e complexos problemas sociais, que precisaremos sempre nos preocupar em buscar soluções, pois rebatem diretamente no seio da sociabilidade. Assim, a busca por formas de resolver, ou pelo menos minimizar, os efeitos desses novos complexos de problemas sociais se faz cada vez mais presente, não sendo possível ignorá-los.

Assim, as proposições realizadas pelos grupos societários podem ter, então, efeitos diversos. Nas situações de violência sexual, por exemplo, pode-se extrair um elemento que mais circunscreve nesse debate, como, por exemplo, a individualização do ato da agressão sexual, como sendo, institivamente, um problema que nasce em determinada pessoa e, portanto, deve ser eliminado, retirando assim qualquer perspectiva histórica, social e política da questão.

A individualização da questão da violência sexual atribui ao seu autor uma sobrecarga de ter nascido com um ímpeto “agressor”, constituindo, assim, uma

proposição que alimenta outras, como, por exemplo, a patologização, medicalização, internação, o encarceramento e, em alguns países, a castração química. Essas soluções, dadas aos problemas que aqui propomos identificar seu processo de produção, apresentam-se, na maioria das vezes, vazias de sentido, no que se refere ao enfrentamento da questão, pois, como medicar algo que não sabemos o que é, porque matar se não sabemos como nasce, nem como se mata? Todas essas saídas que, ao longo da história, alcançamos, podem ser apenas modos de manter intocável a própria questão, firmando-se um grande engano de personificar a reprodução da violência sexual.

Essas proposições são construídas na medida em que os problemas sociais ganham visibilidade, numa tentativa de que não interrompam o progresso social teleologicamente pensado. Os resultados do que é teleologicamente produzido, às vezes, não produzem algo inteiramente adverso, isso porque, o que se pretende alcançar, no processo de mudanças, gera efeitos causais na maioria das vezes inimagináveis. Lukács acrescenta ainda que:

todos os momentos decisivos da reprodução humana (basta pensar nos aspectos naturais como a nutrição ou a sexualidade) acolhem em si, com intensidade cada vez maior, momentos sociais, pelos quais são constantemente e essencialmente transformados. (LUKÁCS, 2009, p. 239).

Essas transformações ocorrem no interior das relações sociais preservando o por teleológico, que “implica o pôr de um fim e, portanto numa consciência que põem fins” (LUKÁCS, 2013, p. 48). Nesse sentido, a projeção de determinado modo societário põe em curso causalidades sob o qual não são teleologicamente projetadas, mas que imprimem impacto direto nas relações sociais e no modo como as sociedades vão se constituindo. Assim, essas projeções teleológicas nos obrigam a dar respostas, na medida em que as causalidades se intensificam, colocando em risco o projetado.

Pode-se dizer que, na maioria das vezes, são respostas difíceis de alcançar, se tiverem como objetivo a real compreensão da questão, pois, ao não serem esperadas, é sempre necessária uma análise mais profunda e ontológica do problema em curso, mesmo que seja uma tarefa árdua e decisiva com o domínio da

teleologia na vida e na natureza, pois “trata-se de elementos ontológicos comuns ou diversos, que estão simultaneamente presentes e que podem encontrar solução tão somente numa concreta dialética histórico-social” (LUKÁCS, 2013, p. 49).

No entanto, em vez de uma busca ontológica para a construção de estratégias que alcancem o fim da questão, temos, até os dias atuais, a academia e sociedade produzindo diferentes análises que objetivam a compreensão da questão da violência sexual, colocando-a em diferentes enquadramentos: de um lado, o autor da violência, e, do outro, a “vítima”, polarizando-a nesses dois atores, destituindo os diferentes segmentos da sociedade de suas responsabilidades, o que acaba por desconsiderar a estrutura fundante da própria violência sexual, ou seja, a distância dos processos ontológicos do próprio ser social.

Tudo isso é o produto das séries causais que surgem no conjunto da sociedade. O processo em si não tem uma finalidade. Seu desenvolvimento no sentido de níveis superiores, por isso, contém ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado, cada vez mais fundamental. (...) É assim que surgem, a partir da comunidade primitiva dos homens, antinomias aparentemente insolúveis. (LUKÁCS, 2009, p. 240).

No Brasil, temos vivenciado uma série de proposições para as “antinomias aparentemente insolúveis”, que acabam por agravar ainda mais o teleologicamente não projetado. Durante a campanha eleitoral presidencial do ano de 2018, uma disputa ideológica marcou o cenário político e culminou na vitória da direita conservadora. Um dos pontos em debate nesse período, que aqui vale retomar e que muito evidencia as proposições para os problemas de séries causais, diz respeito à proposta da então futura ministra dos Direitos Humanos, Damare Alves, que defendeu a aprovação de um projeto que visa a defender o direito do feto. Para isso, disse ela, em rede nacional nos mais diversos meios de comunicação, que incluiria a “bolsa estupro”³, para que vítimas de estupro decidam ter o filho. Em tese, essa bolsa seria um valor em dinheiro pago pelo autor da violência quando identificado, e, quando não, pelo próprio poder público. Essa proposta é exemplo de como temos encontrado respostas rápidas para questões complexas, que

³ O Projeto de Lei 478/2017 encontra-se disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>.

necessitam de aprofundamento no âmbito das relações humanas e ainda quando essa é uma proposição engendrada no seio de um governo, agora vigente, nos acrescenta aqui pensar que a produção da violência sexual tem objetivos maiores e estruturais definidos, a princípio quase imperceptíveis, e, portanto, passível de proposições rápidas, camuflando seu processo ontológico.

Esse processo nos indica então o motivo dos corpos feminino e infantil serem receptores de tantas atrocidades, sem ao mesmo nos questionarmos. Sendo eles necessário para reprodução, entendemos que a proposta de bolsa estupro defendida agora pela atual ministra Damaris, de modo algum, sob uma leitura ontológica, tem a iniciativa de intervir ao menos no processo de reprodução, já que, no da produção, implicaria buscar em sua origem como a questão da violência sexual se constituiu nas relações sociais e como se sustenta até os dias atuais.

Tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é [...] descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário; é mostrar que o homem, como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser-homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato. (LUKÁCS, 2009, p. 240).

Trata-se, então, de um ser social inserido numa sociedade que é constituída de um processo histórico sobre bases estruturais antagônicas, marcadas por profundas desigualdades sociais em seu interior. O que aparentemente pode ser complexo demais e até inalcançável, na verdade, é a possibilidade de compreender a contradição existente no processo de desenvolvimento e aprimoramento da violência sexual.

No projeto apresentado pela ministra, o corpo da mulher é posto como mero reprodutor, pois é necessário para que a reprodução aconteça e não expressa nenhuma preocupação de reparar a situação de violência vivenciada. É, ainda, uma forma objetiva de perpetuar um silêncio que ecoa por gerações.

De certo, algumas tendências gerais são visíveis; mas, concretamente, elas se traduzem na prática de modo bastante desigual, razão por que tão

somente num segundo momento é que conseguimos saber qual é seu caráter concreto. (LUKÁCS, 2009, p. 238).

Por gerações, o corpo feminino vem sendo subjugado, alienado aos mandos dos homens, o que poderia se justificar pela força, religiosidade e pelo próprio Capital. Esses últimos aspectos retomaremos ainda neste capítulo, nos itens que seguem. O processo desigual em que se estabelecem essas relações sociais é agora compreendido como modo de dominação e apropriação de tudo o que é produzido pelo corpo feminino, em especial, a reprodução da vida, que muito interessa para as sociabilidades, quando se está falando de progresso, acumulação e riqueza. O impacto da proposta feita pela ministra rebate impiedosamente sobre as mulheres e crianças, sob pena de se tornarem culpadas pelas violações que vivenciam e minimiza substancialmente a importância de criar soluções que alcance o processo de produção da violência sexual, questão que na verdade tem seus conceitos marcados ao longo da história.

Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, traz um importante conceito de família como constitutivo de um modo societário em curso, “*famulus* quer dizer escravo doméstico e família e o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem” (ENGELS, 2009, p. 76, grifos do autor).

Essa forma de família mostra a transição do casamento pré-monogâmico para monogamia. Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, a mulher é entregue incondicionalmente ao poder do homem. Mesmo que ele a mate não faz mais que exercer um direito seu. (ENGELS, 2009, p. 76).

Para Engels (2009), a acumulação e a propriedade são duas categorias essenciais nas determinações do modo como as sociedades se organizam e, aqui, podemos acrescentar, do modo como a reprodução da violência se constitui exatamente para perpetuar processos ideológicos bem definidos. Sobre isso, Lukács nos alerta que a compreensão da questão sob uma perspectiva ontológica,

revela sempre traços essenciais comuns: assim como, no próprio trabalho, o saber real sobre os processos naturais que em cada oportunidade se põem em questão, foi inevitável para poder desenvolver com êxito o intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, do mesmo modo um certo saber sobre o modo pelo qual os homens são feitos, sobre as suas recíprocas relações sociais e pessoais, é aqui indispensável para induzi-los a efetuar posições teleológicas desejadas. (LUKÁCS, 2009, p. 236).

Para efetuar essas posições teleologicamente desejadas, no que se refere à produção da violência, é preciso antes considerar que,

A divisão criada pelo trabalho na sociedade humana cria, como veremos, suas próprias condições de reprodução, no interior da qual a simples reprodução de cada existente é só um caso-limite diante da reprodução ampliada que, ao contrário, é típica. Isso não exclui, naturalmente, a aparição de becos sem saídas no desenvolvimento de suas causas, porém, sempre serão determinadas pela estrutura da respectiva sociedade e não pela constituição biológica de seus membros. (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Desse modo, identifica-se que a violência sexual não se configura como um processo biológico; ao contrário, é determinada pela estrutura social que a circunscreve, e não é, assim, questão insolúvel, mas dificilmente superada, por ter natureza complexa, em que até mesmo o que o homem deve ser é determinado por finalidades sociais. Nesse contexto, para se aproximar de respostas consistentes a essa questão, é preciso considerar que a “gênese teleológica, todavia, tem naturalmente importantes consequências para todos os processos sociais” (LUKÁCS, 2009, p. 237).

Se agora, partindo do sujeito que põe, lançamos um olhar sobre o processo global do trabalho, notamos imediatamente que esse sujeito realiza certamente a posição teleológica de modo consciente, mas sem jamais estar em condição de ver todos os condicionamentos da própria atividade, para não falarmos de todas as suas consequências. (LUKÁCS, 2009, p. 233).

A consciência tem um papel decisivo, na delimitação materialista, que é a diferenciação do ser social dos seres orgânico e inorgânico, pois apenas após a passagem do ser orgânico para o ser social é que a violência sexual se produz. O

ser social constitui-se então, enquanto produtor e reproduzidor da violência sexual, no complexo processo histórico de produção e reprodução das relações sociais, no qual a categoria ontológica seria também constitutiva da subjetividade desse ser social, que se manifesta no pensar e no agir na sociedade.

Assim, compreende-se que não há uma intenção direta da produção da violência sexual, mas esta tem, como plano de fundo, as bases estruturais teleologicamente projetadas, mesmo que de forma inconsciente, tendo em vista a sua complexidade e de todos os seus determinantes. É preciso, então, analisar a questão da violência sexual sob o crivo da totalidade, se quiser nos aproximar das alternativas que levarão à superação dessa problemática. Isso, porém, não constitui uma tarefa simples, visto que, por mais progresso que se possa alcançar, por mais acesso que se possa obter, “a consciência geral do gênero humano não supera ainda essa particularidade da condição do indivíduo e do gênero dada em cada oportunidade concreta.” (LUKÁCS, 2009, p. 243). Nesse sentido, é a partir da categoria central trabalho, que, segundo Lukács, será possível encontrar caminhos que viabilizem a compreensão dentro de uma ótica da totalidade da violência sexual. Isso porque,

No pores do processo de trabalho já estão contidos *in nuce*, nos seus traços mais gerais, mas também mais decisivos, problemas que em estágios superiores do desenvolvimento humano se apresentam de forma mais generalizada, desmaterializada, sutil e abstrata e que por isso aparecem depois como os temas centrais da filosofia. (LUKÁCS, 2013, p. 82, grifo do autor).

Isso implica compreender que, já no trabalho, estão dadas as características mais gerais da violência sexual, que, ao longo da história, se apresenta sobre diversas formas. Essas, por sua vez, variam a depender de cada localidade que se analisa, suas formações cultural, social e política. Portanto, seguiremos agora para a verificação desses elementos da estrutura, com foco nos traços essenciais e comuns que marcam, na história, como a questão da violência sexual se produz e reproduz.

A importância de retomar esses elementos se dá pela possibilidade de proporcionar maior aproximação ao processo de produção e reprodução da violência sexual, que também contém as possibilidades de enfrentamento da questão, a partir de uma orientação que alcance suas bases.

1.2 O estupro e a questão política: uma perspectiva histórica

Não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida.

(SAFFIOTI, 2004, p. 108).

A sexualidade e a pulsão sexual já eram objetos de atenção, muitos séculos antes de Freud desenvolver mais profundamente sua teoria da sexualidade⁴. Registros confirmam que, a partir do século V⁵, o Estado, a Igreja e a burguesia, ao reconhecerem a potência do que significa a sexualidade no cotidiano da humanidade, criaram, cada um a seu tempo e de sua forma, métodos de utilizá-la como meio de punir, controlar e conduzir as relações e produções sociais.

Nesse sentido, compreende-se como necessário, para esse processo de construção da análise de como se dá a produção e reprodução da violência sexual, uma retomada dos momentos históricos e políticos em que foram se materializando e ganhando novos modos de serem realizados socialmente, sob o crivo de uma perspectiva crítica, na busca por uma compreensão que abarque a totalidade. Portanto, não há uma intenção de retomar esses fatos sobre uma ótica cronológica, mas de modo que revele os traços essenciais e ontológicos do processo em que a violência sexual se estabelece.

Assim, é preciso atentar que a aliança entre a Igreja, o Estado e a burguesia teve importante papel na disseminação de valores e costumes que subjetiva e objetivamente protegiam a propriedade privada da burguesia e dizimavam a

⁴ FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro, 1996.

⁵ FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, 2017.

mobilização das comunidades. Fato que, poucas vezes, vimos nos livros de história, geografia ou filosofia, mas que aqui ganham centralidade, sob a perspectiva da compreensão dialética de um problema que geralmente tratamos de forma individualizante e particularizada, que é a violência sexual.

Nesse contexto, um momento importante da história, no qual iremos iniciar essa retomada, é a partir da Europa medieval. Isso não quer dizer que antes, na Grécia antiga, ou no Império Romano, não exista registros de que as situações de violência sexual já objetivavam a apropriação e dominação do corpo, principalmente o da mulher⁶. Mas é a partir desse período que se pode verificar a intensa utilização da violência sexual como elemento de opressão e submissão, por meio da desmobilização coletiva e da desvalorização do trabalho feminino.

Silvia Federici (2017, p. 32) em seu livro *Calibã e a Bruxa*, revela como a deterioração da mulher e a valorização do homem é um projeto político que tem longa data, e se propõe a escrever a história “esquecida das mulheres e da reprodução na transição do capitalismo”. Portanto, a transição do sistema feudal para o capitalismo é de muita valia, nesse processo de análise da produção e reprodução da violência sexual, pois é nele que verificaremos as políticas institucionais que utilizaram a violência sexual como forma de colocar em vigor um projeto de um *por teleológico*, sem compromisso com os efeitos causais desumanizantes que se materializavam até nas mínimas atividades cotidianas.

Ao buscar a história das mulheres, veremos que os processos violadores são projetados para dizimar com a potência de resistência que elas sempre ofereceram para o sistema econômico capitalista que já criava suas raízes ainda no sistema feudal. Assim, era fundamental uma estratégia que impossibilitasse que os trabalhadores oferecessem resistência e que a luta coletiva que as mulheres já vislumbravam e haviam iniciado ainda no sistema feudal ganhasse força.

⁶ Há registros de que, na Grécia antiga e no Império Romano, as situações de violência sexual também objetivavam a apropriação e dominação, bem como nas sociedades que se seguiram ao longo da história. Fundamentalmente, em momentos de guerra e invasão, como táticas para desagregar os vínculos sociais e familiares e desmoralizar as sociedades invadidas, sobretudo para apropriar-se das terras, da riqueza socialmente produzida, como, por exemplo, no processo de colonização das Américas, em que os corpos dos povos originários foram alvo direto. (Ver: GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. São Paulo, 1989; HANSON, Victor Davis. **Por que o ocidente venceu: massacre e cultura – da Grécia antiga ao Vietnã**. Rio de Janeiro, 2002).

As mulheres camponesas, por exemplo, passaram a perceber que a condição de miséria em que viviam com seus companheiros e filhos se dava em prol do sustento dos senhores, pois a maior parte do trabalho produzia riqueza para uma única pessoa, ao mesmo tempo em que a pobreza caracterizava suas comunidades. Essa percepção iria impactar diretamente no próprio sistema econômico. Ao perceber a condição de miséria coletiva em que viviam, elas começaram a construir modos de resistir que se constituíam e estabeleciam dentro de suas próprias comunidades, nutridas, possibilitadas e favorecidas pelas formas como se organizavam e vivenciavam suas sociabilidades, que, dentro de uma série de especificidades, se realizavam por meio dos trabalhos coletivos, principalmente os realizados pelas mulheres. Logo se tornaram alvo direto dos grandes senhores feudais.

Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a produção da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens. (FEDERICI, 2017, p. 52).

O Estado e a burguesia feudal entenderam que essa forma de organização dos aldeões e, principalmente, das mulheres, possibilitava uma compreensão de seu modo de vida e favorecia a força coletiva, as resistências e lutas contra a expropriação da força de trabalho não pago e toda forma de exploração a que eram submetidos, principalmente as relacionadas à apropriação de seus corpos das mais diversas formas e em prol de seus interesses. Essa percepção de que a condição precária de vida se dava pelos inúmeros trabalhos não pagos e pela apropriação e dominação de suas sociabilidades, que alcançavam até as mínimas relações do cotidiano, tornou-se um combustível para que o movimento entre os camponeses resistisse e alcançasse importantes vitórias.

No entanto, a movimentação das mulheres logo se tornou alvo direto, tornando necessária a criação de estratégias, por parte dos grandes senhores, de desvalorização de seu trabalho e a criação de cada vez mais normas e valores que minavam até a mínima possibilidade de resistência. O trabalho aqui, novamente, se

apresenta como uma categoria central, uma vez que é nele que se constitui a consciência de sua própria condição de existência em relação ao contexto social em que está inserido, e é por meio do modo como acontece que é possível alcançar outros patamares de compreensão do próprio processo de produção e reprodução da violência sexual. Isso já estava colocado nas palavras de Lukács sobre a orientação de que,

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo. (LUKÁCS, 2009, p. 243).

Isso não quer dizer que estamos afirmando existir um momento em que o trabalho alcançou a superação da coerção no seu processo, mas que o trabalho realizado pelas camponesas, de alguma forma, possibilitava uma interação de natureza coletiva, que viabilizava um tipo de proteção entre elas e os seus, diante de um cenário cada vez mais opressor, que estava se firmando.

As mulheres apontavam suas condições de precarização de vida e avançavam na construção de meios para rever o modo como viviam com seus companheiros. Mas um elemento importante foi tomado e tornou-se um dos mais relevantes instrumentos para violações e dominação essencialmente no que se refere às mulheres: a sexualidade. Com o avanço das reivindicações das mulheres e seus companheiros, os senhores feudais se viram obrigados a encontrar meios para dizimar as construções coletivas que se davam a partir das condições do trabalho realizado pelas mulheres. Foi preciso, então, criar meios para desmobilizar a unidade que vinha se constituindo e que possibilitaram importantes conquistas.

Dentre as muitas ações realizadas para tal, uma das mais importantes, para este debate, ocorreu com o advento da peste bubônica, acontecimento que mais marcou o século XIV, deixando um grande número de europeus mortos, e por ter forçado as pessoas a conviver com a morte iminente, tendo como consequência mais importante

a intensificação da crise do trabalho gerada pelo conflito de classes: ao dizimar a mão de obra, os trabalhadores tornaram-se extremamente escassos, seu custo aumentou de forma crítica e a determinação das pessoas em romper os laços do domínio feudal foi fortalecida. (FEDERICI, 2017, p. 96).

Diante da intensificação da crise do trabalho, o Estado encontrou na prostituição e no estupro um dos meios de reestabelecer o número de trabalhadores que se apresentava cada vez mais escasso no processo de produção. Segundo Federici (2017), a França foi um dos países em que as autoridades municipais descriminalizaram a prática do estupro, que era realizado a qualquer momento do dia, por homens de todas as idades, principalmente contra as proletárias camponesas, lavadeiras, criadas, que, expostas à precarização das condições de vida e de trabalho, tornavam-se ainda mais vulneráveis aos ataques.

Com o principal interesse de captar trabalhadores jovens, a prostituição foi institucionalizada e bordéis municipais se expandiram por toda a Europa. O corpo da mulher e a sexualidade se tornaram estratégia de Estado, garantindo assim o principal objetivo da produção, ou seja, que o excedente do trabalho fosse destinado à elite burguesa, tanto cativando novos trabalhadores quanto para dar vida a novos trabalhadores, com as gestações advindas dos estupros.

Esse processo foi essencialmente devastador para as mulheres, que, destituídas das terras e agora com seus trabalhos desvalorizados, estavam sendo forçadas à reprodução de mão de obra por meio da violência sexual. Aos homens, é fortalecido o poder de tomar para si o corpo feminino, no momento e na hora em que desejavam.

Ao legitimar o estupro como estratégia de Estado, revela-se mais um elemento de desmobilização das lutas que antes eram compostas essencialmente por mulheres que conseguiam mobilizar seus companheiros homens, para integrarem a luta. Agora, os homens camponeses já não estavam mais na mesma condição das mulheres e a divisão sexual do trabalho vai se estabelecendo.

os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal. Como era de se esperar, as autoridades encararam os distúrbios causados por essa política (as brigas, a presença de bandos de jovens perambulando pelas ruas em busca de aventuras e perturbando a tranquilidade pública) como preço pequeno a se pagar em troca da diminuição das tensões sociais, já que estavam obcecadas pelo medo das grandes insurreições urbanas. (FEDERICI, 2017, p. 104).

Nesse sentido, muitos outros problemas sociais vão se constituindo, mas a violência sexual vai se produzindo e reproduzindo, revelando seu verdadeiro propósito. O papel social do homem violento vai se estabelecendo, a partir dos interesses estruturais e o corpo e o papel social das mulheres, também, apoiados na ideia de servidão ao homem, em troca de proteção, uma proteção que antes se fazia entre mulheres, pelas suas próprias condições de vida; pelo conhecimento da natureza e de seus corpos.

As mulheres passam a realizar seus trabalhos cada vez mais nos espaços privados da casa, mas a desvalorização desse trabalho no âmbito da casa foi uma das mais importantes estratégias, que, inclusive, perdura até os dias atuais, como modo fundamental de sustentação agora do próprio sistema capitalista⁸,

Essa estratégia de deslegitimação do trabalho das mulheres camponesas, na Europa medieval, foi tão importante que foi incorporada nos séculos que se seguiram como forma de também controlar os espaços ocupados pelas mulheres, mantendo-as nos espaços privados, controlados e desvalorizados; reservando aos homens o desbravamento dos espaços públicos, criando e reforçando valores sociais que autorizavam que eles tomassem as mulheres como suas propriedades, assim como o gado ou o pedaço de terra. Com total domínio, controlavam seus corpos, assumindo os valores institucionais de um modelo econômico pautado na acumulação e na propriedade privada.

⁸ A exemplo disso, no ano de 2016, após o golpe que culminou no *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff e na posse interina de Michel Temer ao poder, observa-se, como incentivo, o modelo e padrão do referencial de mulher a primeira-dama Marcela Temer, que foi disseminado popularmente com o jargão da “bela, recatada e do lar”. Isso porque a primeira-dama, 43 anos mais nova do que seu marido, devotava-se às tarefas de casa, não exercendo trabalhos fora, e publicizava o desejo de “dar mais filhos” ao então presidente.

Outras estratégias foram determinantes, diante das resistências que se tornavam cada vez mais coletivas, dentre elas, Federici acrescenta:

a substituição dos serviços laborais por um pagamento em dinheiro (arrendamentos em dinheiro, impostos em dinheiro) (...) a servidão praticamente acabou, mas, assim como acontece com muitas “vitórias” dos trabalhadores que apenas satisfaziam parcialmente as demandas originais, a substituição também cooptou os objetivos da luta, funcionou como um meio de divisão social e contribuiu para desintegração da aldeia feudal. (FEDERICI, 2017, p. 60)

Essa desintegração e divisão social impactaram diretamente no modo como as mulheres se organizavam e iniciaram suas resistências. Camponeses sem condições de fazer os pagamentos perderam suas terras e foram obrigados a migrar para cidades e assumir outros trabalhos. As mulheres, que já haviam constituído uma forma de organização do trabalho e proteção mútua, tiveram que se refazer, e passaram a depender cada vez mais dos homens, ao qual era destinada a propriedade da terra, mesmo em situações de herança. Foi sendo tirado das mulheres qualquer tipo de estrutura que possibilitasse sua reorganização, fazendo-as perder o direito à terra, ao trabalho no campo e à herança.

Os camponeses que tinham mais terras⁹ e conseguiam fazer o pagamento, deixaram de participar das lutas por melhores condições de vida para todos, uma vez que também se tornaram “empregadores” e a maior quantidade de trabalho não pago os favorecia. A forma de pagamento em dinheiro colocava, para os camponeses, diferenças sociais e econômicas e os interesses coletivos foram cooptados pela instalação de métodos de diferenciação dos camponeses.

Com isso, as mulheres foram as mais prejudicadas, e forçadas a se deslocar para as cidades em busca de trabalho; algumas chegaram a se organizar coletivamente e ainda possuíam o privilégio do conhecimento do seu corpo e da natureza, o que favorecia sua reorganização. No entanto, ao ser desvalorizado o

⁹ O acesso que os camponeses tinham à terra só foi alcançado por ser resultado de muita luta e resistências vivenciadas no período escravocrata, o que possibilita a consciência de seu processo de produção, mais do que aquela que, mais à frente, se constitui com o avanço do capitalismo. (FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo, 2017).

trabalho que realizavam, muitas ficaram expostas, e a precarização da condição de vida aumentava, levando-as a situações extremas de pobreza.

Esse novo modelo societário firmava-se sob uma clara divisão sexual do trabalho, que, nas palavras de Federici (2017, p. 191), é um “novo contrato social” que estava sendo posto em vigência, e pretendia ocultar a condição de trabalhadoras das mulheres, de modo que seu trabalho era totalmente expropriado, ao mesmo tempo em que “davam aos homens livre acesso aos seus corpos, e a seu trabalho e de seus filhos”.

Esse processo de degradação das mulheres se estendia para todos os campos da vida cotidiana, porque elas podiam ser atacadas a qualquer momento do dia, tornando-se “recurso natural” disponível aos homens. Isso só não acontecia com aquelas que eram tomadas como propriedade dos homens burgueses. Naturalmente expostas a novas funções sociais, remontam as sociabilidades que hoje conhecemos sob o crivo da moralidade, da religiosidade e do que é politicamente correto. Nesse sentido, vale ressaltar que a

Discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais. (FEDERICI, 2017, p. 11).

Uma das consequências desse processo foi a naturalização da violência sexual, sobretudo nas sociedades ocidentais, bem como seu processo de individualização. A violência sexual, ao contrário do que se possa pensar, tornou-se cada vez mais difícil de ser identificada, exatamente pelo invólucro de valores e costumes que passaram a envolver a questão.

Define-se que o homem, como detentor do corpo da mulher e dos filhos, como parte de sua propriedade, não deve ser questionado em suas decisões. Assim, a casa, campo protegido e dominado pelo homem, torna-se o lugar onde as mulheres passam a vivenciar as maiores atrocidades e violações, em nome da preservação da moral e dos bons costumes, mas, especialmente, da manutenção do privilégio do homem.

As condições objetivas levaram as mulheres, ao longo de todo esse processo, cada vez mais a um nível de dependência dos homens, não porque não trabalhavam, ou porque eram biologicamente incapazes e frágeis, mas porque seus trabalhos não eram reconhecidos. Em algumas situações, mesmo quando elas realizavam trabalhos domésticos, ou mesmo como amas de leite, nas casas dos burgueses, o valor era entregue aos seus maridos. As mulheres casadas estavam protegidas das violações reproduzidas nas ruas, entretanto, sujeitavam-se a uma vida inteira de submissão e desvalorização, no ambiente doméstico, delegadas à tarefa de reprodução e servidão.

Assim, a violência sexual direcionada às mulheres, nos espaços públicos, principalmente em períodos de crise, passou a ser utilizada e materializada nos espaços privados da casa como políticas institucionais assimiladas pelos valores sociais e morais da família; estratégia que colocou as mulheres no processo de desvalorização ainda maior, pelos séculos que se seguiram, não só de cerceamento de sua liberdade, de sua capacidade criativa e produtiva, mas, essencialmente, suas possibilidades de autonomia. O homem da sociedade capitalista, imbuído de todos os valores e as práticas que foram se naturalizando, ao longo desse processo histórico, tem agora plena autoridade para exercer qualquer tipo de violência contra a mulher ou a criança.

Esses novos “contratos sociais”, ou seja, os novos modos de viver em sociedade se firmaram a partir do modelo monogâmico de família, que

não foi, de modo algum, fruto do amor sexual individual, com qual nada tinha a ver, já que os casamentos continuavam sendo como antes, casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas em condições econômicas e, de modo específico, no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva que havia surgido espontaneamente. (ENGELS, 2009, p. 84).

Esse modelo de família impacta profundamente a vida das mulheres, e é uma das instituições mais importantes, produzida para reafirmar interesses políticos e econômicos com uma evidente intenção de reforçar os valores da propriedade privada e da acumulação, delegando papéis sociais ao homem e à mulher, com

objetivos bem definidos, desconsiderando o impacto devastador disso na vida social das mulheres.

Nesse sentido, com o avanço do capitalismo, as mulheres ficam cada vez mais expostas, diante da precariedade que se instaurava. As mulheres pobres, que até então faziam trabalhos domésticos em suas casas e, principalmente, na casa dos grandes senhores, agora se veem obrigadas ao trabalho na fábrica, com processo de industrialização a pleno vapor. O trabalho realizado nas fábricas por elas, a partir do século XVIII, não alterou em nada sua condição de subordinada à figura do masculino; não importam as condições, seus trabalhos eram extraídos na mesma intensidade que a dos homens. A violência sexual nos espaços públicos, que, por um longo período da história, foi institucionalizada pelo poder do Estado e da Igreja, agora com a família monogâmica, o maior contingente dessa prática fica recluso no espaço da casa, lugar protegido pelo silenciamento e invólucro de valores morais e religiosos que envolvem essa questão.

Entende-se, portanto, que os elementos históricos trazidos até aqui são fundamentais para a compreensão do processo de produção e reprodução da violência sexual, sob a perspectiva crítica de que não há, de maneira alguma, algo individual, ou seja, não há autor da violência sexual, ou “vítima” isolada de seu processo histórico, o que coloca em evidência os diversos atores que fundamentam e partilham da produção e reprodução dessa prática ao longo de toda a história.

Nesse contexto, as decisões políticas e econômicas tomadas desde a formação da economia capitalista até a atual conjuntura do Brasil, no qual se observa o abrandamento da responsabilização do homem autor da violência, no mesmo contexto de extinção de secretarias e o desmantelamento de políticas sociais de proteção das mulheres, mostra que, para manter intacta sua produção, vai exercer todo e qualquer método, mesmo que, para isso, as maiores atrocidades sejam realizadas. Assim, retomar o processo histórico ajuda a desvendar as naturezas política e econômica da questão. Vale ressaltar então o caráter político da violência sexual.

1.3 Sociabilidades que se formam: uma história a ser desvendada

Ao retomar brevemente ao processo histórico, já se sabe que a produção e reprodução da violência sexual tiveram objetivos definidos e propósitos cumpridos. A evidente articulação entre a Igreja, o Estado e a burguesia revela o extenso campo de tensão que se faz necessário considerar, ao realizar este trabalho que compreende as sociabilidades instituídas a partir desse processo.

A igreja, o Estado e a burguesia, em uma íntima articulação, tiveram importante participação na construção do papel social do homem e da mulher, desde o início do feudalismo, com o objetivo de dizimar a potência revolucionária que as mulheres já mostravam, ainda em suas comunidades no campo, e nas políticas de Estado. A igreja foi uma das mais importantes instituições, na reformulação dos valores morais, sociais e éticos da vida cotidiana. Essa articulação entre instituições teve objetivos bem definidos, de proteger a propriedade privada, aumentar o excedente do trabalho dos trabalhadores e acrescer suas riquezas.

Até o século XI, a igreja havia se transformado no poder despótico que usava sua pretensa investidura divina para governar com mão de ferro e encher seus cofres com uso de incontáveis meios de extorsão. Vender absolvições, indulgências e ofícios religiosos, chamar os fiéis a igreja só para pagar a santidade do dízimo, e fazer de todos os sacramentos um mercado eram práticas comuns que iam desde o papa até o padre da aldeia, de forma que a corrupção do clero se tornou notória em todo o mundo cristão. As coisas degeneraram a tal ponto que o clero não enterrava os mortos, nem batizava ou dava absolvição dos pecados, se não recebesse alguma compensação. Até mesmo a comunhão se tornou ocasião para negociar. (FEDERICI, 2017, p. 72).

Essa aliança foi fundamental para o acúmulo de riquezas e da produção e reprodução de bens, como também solidificou as bases para um sistema de exploração e dominação que teve a sexualidade como importante instrumento de mediação. Por isso, desde o início do cristianismo, a “tentativa eclesiástica de regular o comportamento sexual tem uma longa história na Europa” (CONTREN *apud* FEDERICI, 2017, p. 80), que aqui nos trará alusão do quão antigos são os olhares que circunscrevem a sexualidade.

Essas mediações deram-se ao longo da história, de modo extremamente violento para a maioria das pessoas, mas, principalmente, para as mulheres que foram submetidas a uma série de valores morais pautados na religiosidade e influenciaram diversas gerações, fortalecendo o ideal burguês de que o papel da mulher é servir.

Dentre as inúmeras intervenções do clero, vale retomar que a participação mais importante foi na disseminação de valores e costumes que subjetiva e objetivamente protegiam a propriedade privada da burguesia. No século XVI, quando o Estado adota a prostituição e o estupro como políticas públicas para minimizar os efeitos causados pela peste bubônica,

Até mesmo a igreja chegou a ver a prostituição como uma atividade legítima. Acreditava-se que o bordel administrado pelo Estado provia um antídoto contra as práticas sexuais orgiásticas das seitas hereges, e que era um remédio para sodomia, assim como também era visto como um meio para proteger a vida familiar. (FEDERICI, 2017, p. 106).

Em nome da proteção da ideologia que pretendia a restituição do processo econômico, quando foi necessário repor a mão de obra que havia se tornada escassa, uma nova política é adotada quanto à sexualidade. Há agora uma supervalorização do papel social do homem, sendo impulsionado sob uma supremacia de que o masculino tem necessidades sexuais que podem ser exercidas sobre as mulheres nas mais diversas situações, sendo elas suas esposas, trabalhadoras, ou prostitutas.

Para estas mulheres proletárias, tão arrogantemente sacrificadas por senhores e servos, o preço a pagar foi incalculável. Uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade. Com a reputação destruída, tinham que abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição. (RUGGIERO, 1985 *apud* FEDERICI, 2017, p. 104).

Assim, fica evidente que essa aliança produziu modos de sociabilidades para atender aos interesses de um projeto econômico em curso, de modo a colocar em risco a vida das mulheres que passaram a ficar expostas principalmente ao estupro,

que eram praticados inclusive por grupos de homens. Todo esse processo colocou as violências praticadas contra as mulheres como algo natural, que deviam suportar, de acordo com os valores religiosos, sem reclamar. Sem escolha, elas teriam que levar até a morte todas as dores geradas dessas violações.

Ao tomar o corpo feminino como elemento central para a exploração e dominação no processo de desenvolvimento do capital, compreende-se porque foi necessária a articulação entre as instituições, de modo a produzir a desvalorização deste corpo não somente pelas políticas públicas, ou leis, mas, principalmente, pela formulação de valores que atingiriam a todas as mulheres, fragmentando suas lutas e criando diferenciações entre as pobres e as ricas, entre as brancas e negras; processo em que a igreja teve papel fundamental.

Observa-se uma reformulação no próprio exercício da sexualidade. A sodomia, por exemplo, praticada ao longo dos séculos como uma das formas de exercer a sexualidade, foi outro ponto que ganhou novas conotações, no período da peste bubônica, pois as práticas sexuais necessariamente são destinadas à reprodução da vida. Desse modo, o sexo entre pessoas do mesmo sexo ganha o significado de pecado e passou a ser temida. É nesse período que a homossexualidade se torna pecado, tal como é possível identificar atualmente, nos discursos de vários grupos religiosos neopentecostais¹¹ e pela igreja católica.

Verifica-se, então, que esse foi um dos valores sociais e morais reformulados, principalmente, com ajuda da igreja, em um período de crise de mão de obra para disseminar a ideia, cujo principal objetivo era doutrinar a vida sexual das pessoas em prol do processo de acumulação. Nesse sentido, o ódio produzido por aqueles que se relacionam afetivamente com pessoas do mesmo sexo, julgadas por meio de uma orientação religiosa de que essa relação “não é de Deus”, portanto “é do demônio”, cria-se uma justificativa para que a homofobia ganhe cada vez mais força, sob a fundamentação do divino propagado pela igreja, realocando o homem para um lugar feminino, onde a ele destina-se, de forma legítima, toda violência possível na mesma proporção das vivenciadas pelas mulheres.

¹¹ Tal como foi amplamente divulgado e pautado na campanha eleitoral presidencial no Brasil, em 2018, que teve forte apoio das igrejas, abertamente se posicionaram contra as relações e o casamento homoafetivo.

E quando havia superado o período mais crítico da crise provocada pela peste bubônica, outros valores de dominação da sexualidade foram retomados e instituídos para a manutenção dos mesmos propósitos, pois as estratégias encontradas para o momento da peste já não eram mais aplicáveis às novas configurações do proletariado medieval.

Então, foram retomados “penitenciais [*Paenitentiali*], manuais que começaram a ser distribuídos a partir do século VII como guias práticos para os confessores, são um dos lugares privilegiados para reconstrução dos cânones sexuais eclesiásticos” (FEDERICI, 2017, p. 80). Esses manuais traziam, inclusive, as formas pelas quais os servos poderiam fazer sexo, quais posições e em quais condições e com quem, instituindo assim uma nova forma de vivenciar a sexualidade, pregando-a como tema de confissão com o objetivo de “afastar as mulheres dos homens”, reconhecendo a potência mobilizadora das mulheres e do sexo, pois entendia-se que a proximidade que as mulheres conseguiam, dentro de seus grupos familiares, ou mesmo com seus companheiros, através do sexo, possibilitava uma articulação entre eles que era necessário evitar.

Para isso, foi preciso recolocar a sexualidade como tema de confissão, e isso era o mesmo que tornar a sexualidade objeto de vergonha, que só poderia ser praticado dentro da instituição familiar, com modos bem limitados de exercê-la e com o objetivo específico da reprodução humana.

Tornada, a sexualidade, tema de confissão, a vida social ganhava novas diretrizes; os corpos da criança e da mulher passaram a ser direito/propriedade dos homens, e quanto mais propriedades estes tinham, mais poder exercia sobre o corpo da mulher. Em algumas situações, os grandes senhores tinham, inclusive, o direito de manter a primeira relação sexual com a mulher dos servos, na noite de núpcias; assim, a sexualidade passou a ser vista como uma forma também de demarcação do poder, e “no fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido pela vida toda” (DAVIS, 2016, p. 228).

Vale ressaltar que, nesse período, as mulheres negras já vivenciavam o processo de escravização, no qual eram tomadas como meras mercadorias; de seus

corpos era tirada toda a produção de riqueza possível, desde a mão de obra até a reprodução da vida humana, em uma condição muito específica vivenciada por elas.

Para além dos cânones sexuais eclesiásticos, usado para fins de controle da sexualidade, a igreja também propagou outros ideais e outras visões de mundo, a partir de uma perspectiva eurocêntrica e discriminatória, condenando à punição, ou morte, toda manifestação religiosa ou crença que não fosse a fé católica, ou cristã, tendo como pano de fundo não somente a doutrinação católica, mas também acomodar os interesses da expansão do modo capitalista de produção engendrado a partir do século XV.

Nesse período, a igreja divulga uma série de bulas papais, dentre elas, a *Dum Diversas*, emitida em 18 de junho de 1452, pelo papa Nicolau V, que autoriza o reino de Portugal a conquistar territórios não cristianizados e condenar, à escravidão perpétua, os muçulmanos, árabes, africanos e pagãos.

outorgamos por estes documentos presentes, com a nossa Autoridade Apostólica, permissão plena e livre para invadir, buscar, capturar e subjugar sarracenos e pagãos e outros infiéis e inimigos de Cristo onde quer que se encontrem, assim como os seus reinos, ducados, condados, principados, e outros bens [...] e para reduzir as suas pessoas à escravidão perpétua. (MARCOCCI, 2012, p. 28).

Essa bula e as que foram reiteradas, no decorrer dos séculos XV e XVI, garantiram a colonização, exploração e o massacre de populações de outras regiões, para além da Europa, como a África, América do Norte, Central e América do Sul. A intenção de aplicar os valores eurocêntricos pautada na articulação entre as três instituições, desenvolveu-se a partir da imposição de uma cultura sobre a outra, com o emprego da força e da violência por todas as regiões que foram invadidas no processo de colonização.

O homem branco europeu propõe-se a disseminar, ao restante do globo, seu modo de pensar e existir, imbuído de toda moral, ética, do senso de justiça, de crenças e interesses, de modo que até a maneira como vivenciamos nossa sexualidade hoje revela vestígios desse processo. Para exemplificar, poderíamos retomar, aqui, o projeto de lei da ministra Damares Alves, referente ao direito do

nascituro, mais conhecido como “bolsa estupro”, e que se destina a preservar a reprodução, não importando que se dê por meio de uma violência sexual.

Nesse sentido é que podemos visualizar o quão antiga são as estratégias de produzir mão de obra, não porque agora há escassez, mas porque é preciso manter, sob um plano de fundo, um exército de reserva que fica de prontidão para suprir quaisquer eventuais crises na produção, além de manter uma concorrência, possibilitando baixos custos dessa mão de obra, que é precarizada em decorrência das mais diversas situações, sustentado através de um ideal religioso de preservação da vida, retirando da mulher o direito de decidir sobre seu próprio corpo.

Portanto, a proposta da ministra não se apresenta, de modo algum, inovadora, apenas reprodutora de uma ideologia que nasce na transição do feudalismo para o capitalismo e pretende a proteção da propriedade privada e do processo de acumulação. Para isso, cria-se uma sociabilidade pautada em processos históricos que pouco se conhece, dando uma falsa ideia de nova, para questões já velhas.

A análise histórica proposta neste capítulo, portanto, é de fundamental importância para a compreensão do processo de produção e reprodução da violência sexual, assim, primeiro buscou-se articular uma perspectiva ontológica, desenvolvendo, para o papel da burguesia, do Estado e da Igreja, a formulação de valores sociais, morais e éticos, que compõem as sociabilidades que reproduzem a questão da violência sexual até os dias atuais.

Encontra-se, então, neste debate, um ponto de partida que é a compreensão de que a violência sexual não é um problema recente, mas um legado de uma sociabilidade que vem se reformulando, ao longo do tempo, com objetivos definidos. Portanto, não se trata de um problema individualizado e materializado apenas na figura da “vítima” e do “agressor” posto que, “dada a complexidade do contexto social em que o estupro acontece hoje, qualquer tentativa de tratá-lo como um fenômeno isolado está fadado ao fracasso”. (DAVIS, 2016, p. 202).

CAPÍTULO II - VIOLÊNCIA SEXUAL: MANIFESTAÇÕES NO CORPO E A TESSITURA COTIDIANA

2.1 A Trajetória de Milena

Neste capítulo, faz-se o aprofundamento da análise do processo de produção e reprodução da violência sexual, a partir das experiências vivenciadas por Milena, o qual trará a possibilidade de seguir por um caminho que inclui o processo histórico na realização da vida cotidiana e a possibilidade da compreensão de como as reflexões desenvolvidas no primeiro capítulo refletem-se ainda nos dias atuais, mantendo os mesmos símbolos, valores morais, sociais e políticos.

Para isso, é traçada uma análise sobre como os processos teleológicos projetados ao longo do desenvolvimento de um projeto econômico, ou mesmo ao longo de uma ideia de progresso civilizatório, produziram e ainda produzem uma série de problemas sociais que aparentemente se apresenta isolada de quaisquer relações sociais. As experiências narradas por Milena constituem-se como fundamentais para esta discussão, dada a potência reveladora de sua própria condição de realização. Assim como as mulheres servas camponesas, as proletárias do sec. XV, as Bruxas, Milena traça os caminhos de resistência diante da diversidade de violações que objetivam minar sua potência de vida.

Os fragmentos de sua história apresentam as marcas objetivas e subjetivas que compuseram um universo de situações conflitantes e desafiantes que ela vem vivenciando desde os primeiros anos da infância, revelando uma problemática que ainda parece longe de ser superada, não obstante ser compartilhada por muitas pessoas que experienciaram os mesmos processos, especialmente quando são mulheres, negras e pobres.

Para sua mãe, Sandra, não era diferente. Engravidou de Milena, sua primeira filha, aos 16 anos de idade e, em função disso, foi expulsa de casa. Antônio, seu companheiro, havia acabado de sair da detenção e, ao saber que ela estava grávida comprou remédios abortivos, e insistiu para que ela tirasse o feto; contudo, ela não

aceitou e seguiu com a gestação. Ele se negou a continuar a relação e se absteve da responsabilidade do cuidado para com ela e a criança, abandonando as duas e só reaparecendo oito anos mais tarde.

Sandra, envolta em delicada situação econômica, sujeita-se a trabalhos informais e subempregos, e decide entregar a filha recém-nascida aos cuidados de sua mãe. Passados mais de dois anos a avó falece, e Milena volta ao convívio da mãe, que ainda se encontra em situação econômica difícil, com o agravante de ter intensificado o uso de bebidas alcólicas.

Sandra ainda era bastante jovem e vivia com os irmãos em uma casa muito simples e em condições extremamente difíceis. Sem escolaridade e ou experiências profissionais anteriores, precisou encontrar meios para conseguir sobreviver, e tomou a mesma iniciativa de muitas mulheres que se encontram na condição dela: iniciar um trabalho como diarista em residências, exercendo atividade autônoma sem vínculo empregatício, com menos direitos ainda do que as empregadas domésticas. A renda obtida com esse trabalho era insuficiente para garantir ao menos uma refeição por dia.

A relação de Sandra com os irmãos é marcada por conflitos, agressões físicas e problemas com alcoolismo e outras substâncias, que se intensificam após a morte da mãe. Eles agrediam tanto Sandra como a filha, até quando as expulsam da casa, e por isso elas vão morar em um barraco de madeira, em cima de um córrego, com o atual companheiro, Pedro.

Milena relata quanto esse tempo foi difícil e doloroso, pois a mãe a agredia muito, usando objetos como sapatos, paus, fios, cabos, panelas e o que mais tivesse à mão. Estava com apenas seis anos, mas se recorda de apanhar por qualquer motivo que fosse, e, na maioria das vezes, sua mãe se encontrava alcoolizada, assim como o padrasto. Nessa época, somente Sandra trabalhava e o companheiro ficava em casa fazendo uso de bebida alcoólica e não exercia um trabalho remunerado constante.

Havia poucas, ou quase nenhuma, redes de apoio, uma vez que, muitas outras pessoas ao redor, se encontram na mesma condição de pobreza, ainda mais quando se vive em uma favela como era o Jardim São Luís, no início dos anos 2000,

sendo mulher, negra e pobre. Afirma Milena: *“Minha mãe passou muita dificuldade, muita. Minha mãe não tinha nem um pãozinho pra dar pras minhas irmãs”*.

O cenário de escassez sempre se fez presente, em alguns momentos mais e outros menos. Sobre a figura de Antônio, ex-companheiro de Sandra e pai de Milena, observa-se, em todos os momentos, um lugar vazio de afetos e responsabilidades, características impulsionadas ainda no séc. VIII diante da intensificação da escassez de mão de obra.

Milena relembra que, em um dos seus poucos contatos com pai, ainda na infância, ele afirma: *“Sua mãe devia ter aprendido que, quando não deu certo já comigo, nem tinha que ter tido mais; não dá certo no primeiro filho, nem tem que ter mais!”*. O ciclo de violência e abandono fica evidente, nessa afirmação de Antônio, que, além de se ausentar da responsabilidade no cuidado com a filha, reforça um lugar de culpabilização da mulher pelos filhos que vieram após Milena e por sua delicada condição econômica.

Isso revela novamente o quanto é autorizado ao homem usar o corpo da mulher como sua propriedade, sem precisar lidar com as consequências que surgem desse processo, na maioria das vezes, realizado de forma violenta. Sobre isso, Federici acrescenta:

Ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofrido por uma mulher ao ver seu corpo se voltando contra si mesmo, como acontece no caso de uma gravidez indesejada. Isso é particularmente verdade naquelas situações em que a gravidez fora do casamento era penalizada com ostracismo social ou, até mesmo, com a morte. (FEDERICI, 2017, p. 180).

A forma como a família vai se organizando revela todo o impacto da construção histórica que foi desenvolvida no primeiro capítulo desta dissertação. As falas de Milena sobre as atitudes das pessoas à sua volta apresentam os símbolos desses elementos históricos já explicitados, que têm se intensificado com o avanço do capitalismo. O ambiente rígido em que a convivência e a educação são pautadas, no sexismo, para Davis (2016), “emergiu como uma fonte de sobre lucro exorbitante para os capitalistas”, somado à violência e aos conflitos que envolvem questões sociais mais gerais, aspecto que será mais detalhadamente desenvolvido no tópico

2.3, como, por exemplo, as condições objetivas do próprio lugar onde moravam, elementos importantes, onde se materializam

O empobrecimento, as rebeliões e a escalada do “crime” são elementos estruturais da acumulação capitalista, na mesma medida em que o capitalismo deve despojar a força de trabalho de seus meios de reprodução para impor seu domínio. (FEDERICI, 2017, p. 161, grifo da autora).

Nesse sentido, a observância aos argumentos teleológicos que se firmam, ocultando sua verdadeira origem, torna fundamental compreender como, no cotidiano em que Milena está inserida, as violações apresentam-se de tal forma naturalizadas, que, por alguns instantes, pode movimentar a defesa de um ou de outro, no caso do conflito que envolve seu nascimento e o nascimento de seus irmãos. No entanto, trata-se, sim, de analisá-la sob a perspectiva histórico-dialética.

No que se refere à violência sexual, isso se constitui de forma ainda mais implícita, sob um tipo de naturalização que leva as mulheres a serem destituídas de seus corpos. Assim, as violências, nas suas mais diversas facetas, se reproduzem, provocando um silenciamento que ecoa, no universo do feminino, pois desde muito cedo sabe que, se algum dia passar por isso, terá que suportar. Posição que se sustenta a partir de sociabilidades que se firmam sobre um projeto ideológico burguês, com objetivos previamente definidos dentro de sua estrutura macroeconômica.

Milena vivenciou, durante toda sua infância, um cenário com muitas agressões. Viu sua mãe apanhar de seu padrasto, por diversas vezes, e, quando foi morar com o pai, presenciou sua violência contra suas madrastas. Logo, quando chegou sua vez, já sabia que seria difícil se desvencilhar; chegou a ser agredida diversas vezes e, em algumas situações, “quase até a morte”; resistiu, deixando ecoar o silêncio sobre o qual a reprodução da violência se estabelece.

Distanciada da possibilidade dos adultos em sua volta viabilizarem um espaço seguro para seu processo de desenvolvimento, no qual seria difícil construir, uma vez que, nem eles mesmos o tiveram, o que fez com que ela se tornasse mais uma

pessoa exposta às violações nas suas mais diversas formas e sofresse sucessivos abusos sexuais até o fim da adolescência.

Assim, no tópico a seguir, insere-se um aprofundamento nas vivências em que a violência sexual se torna uma das experiências que Milena descreve como “*as mais dolorosas de sua vida*”. Sob o qual é eliminada qualquer possibilidade de se impor, ou mesmo de se apropriar do seu próprio corpo. Um longo período em que, por diversas vezes, foi culpabilizada pelas próprias violações que lhes foram feitas, “experimentando uma alienação” (FEDERICI, 2017, p. 86) de seu corpo perante uma sociabilidade que tenta minar toda e qualquer potência de resistência.

A narrativa de Milena expõe uma longa trajetória de situações de violências e violações vivenciadas tanto por ela quanto por sua mãe; revela também a condição de sofrimento e precarização da vida que lança desafios para a sobrevivência de quem habita a periferia, e que, na maior parte das vezes, não dispõe de recursos para sair dessa condição, ou sequer encontra apoio pelos meios legais e institucionais para o enfrentamento e a superação da condição de escassez e exposição a inúmeras violações.

2.2 Tocando nas Cicatrizes: A Violência Sexual e sua Reprodução na Vida Cotidiana

Um dos primeiros contatos com a questão da violência sexual aconteceu quando ela tinha sete anos e vivia com a mãe, o padrasto Pedro e dois irmãos mais novos. Ao lado da casa em que residiam, moravam alguns parentes do padrasto, local aonde ela ia frequentemente para conseguir fazer pelo menos uma refeição por dia. Lá, ela presenciou um jovem praticar sexo com uma boneca; às vezes de forma agressiva, como se a estivesse estuprando. Ela vivenciou essa cena repetida vezes, pois era uma atitude constante e não importava se ela, ou outra pessoa, estivesse vendo.

Como esse jovem era de uma família composta por homens, que pelo seu processo histórico tem naturalizado a realização dos impulsos sexuais, portanto, as

práticas sexuais com a boneca aconteciam sem nenhum tipo de discrição, e expostas também a outras crianças do entorno. Milena traz que isso a deixava assustada, mas nunca ocorreu desse rapaz tentar fazer com ela o que fazia com a boneca.

Nesse período, a família morava em um barraco de madeira de um cômodo à beira de um córrego. Como a situação era difícil, a mãe passava muito tempo buscando trabalho, enquanto o padrasto se embriagava e agredia ela e os irmãos. O ambiente da casa era ruim, logo, para ela, parecia melhor permanecer o maior tempo possível na rua, ou na casa de vizinhos, onde, ao menos, conseguia matar sua fome.

Além disso, a presença do padrasto tornava-se cada vez mais ameaçadora, tanto fisicamente como pelos olhares que ela já percebia com relação ao seu corpo. É nessa condição que ocorre outra situação de violência sexual, quando o cunhado de uma de suas tias a chama para o quarto, e a beija à força, tentando abusar dela.

Assustada, Milena rompe a dimensão do silêncio ao relatar para a tia e para a mãe, mas é desacreditada, e apenas orientada a manter-se distante do rapaz. O padrasto, que também já intencionava olhares para Milena, foi o único a “cobrar” o cunhado, que já havia fugido. Situações de descrédito e negação da dor de Milena sempre foram recorrentes, em sua trajetória, e corroboram com os relatos de milhares de vítimas de violência sexual, observados no decorrer do trabalho realizado no SPVV.

No entanto, a atitude do padrasto não é necessariamente protetiva ou defensora de Milena, enquanto preservação de seu desenvolvimento como sujeito, mas sim como uma propriedade, como a esposa também o é, pois o padrasto também impetrara práticas de violência física e sexual contra Milena.

Sobre isso, Engels (2009, p. 85) acrescenta que a “antiga liberdade relativa das relações sexuais não desapareceu completamente com o triunfo do casamento pré-monogâmico, nem mesmo com a monogamia”. Portanto, a defesa do padrasto Pedro relativa à situação vivenciada por Milena, não se trata de um dos modos de proteção e preservação, mas sim da intenção de apropriar-se dela, mesmo que precisasse ultrapassar os laços monogâmicos preestabelecidos com Sandra.

Por ser muito nova e sem possibilidades de defesa, Milena fica exposta a um ambiente que hoje ela identifica como não protetivo, sem afetos, bastante conflituoso e violento, agravado pela situação de pobreza e fome, então a rua passou a ser um local de outras possibilidades e vivências na busca de sanar essas ausências e necessidades primárias, algo que ela enfatiza ser comum na vida de crianças da mesma realidade que a dela.

Para elas, o lugar social favela configura-se como o território de aprendizagem forçada de sobrevivência na prática, tanto quanto um espaço de interatividade e desenvolvimento considerado “sadio”, pois se trata de um espaço que lhes oferece algumas possibilidades de amenizar as ausências. Lá, Milena experimentou pela primeira vez drogas, como maconha, cocaína, entre outras; mesmo sem dinheiro, o acesso a essas drogas se dava por diversas outras formas; no caso das meninas, o corpo era o principal instrumento.

Alguns anos mais tarde, já na entrada da adolescência, ela diz que seu corpo chamava bastante atenção por ser mais desenvolvido do que o das outras garotas de sua idade, gerando elogios dos adultos e algumas vezes até assédios, pois como uma menina que vive em uma sociedade machista e heteronormativa, é condição *sine qua non* que seu corpo seja alvo de investidas por homens, independentemente de sua relação de parentesco ou de sua idade, de modo a naturalizar as situações de assédio e abuso sexual. Ao mesmo tempo, é um corpo que também é alvo de discriminação, por causa do seus cabelos, da cor de pele e das roupas que usa.

O abuso sexual de mulheres negras, é óbvio, nem sempre se manifesta na forma de uma violência tão aberta e pública. Há o drama diário do racismo representado pelos incontáveis e anônimos enfrentamentos entre as mulheres negras e seus abusadores brancos – homens convencidos de que seus atos são naturais. Essas agressões tem sido sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como por literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais. (DAVIS, 2016, p. 181).

Milena era responsabilizada, inclusive, pelas investidas dos homens. Nesse período, refere que o próprio padrasto se insinuava, mostrando o pênis e exigindo que ela ficasse nua, tentando consecutivas vezes investir sexualmente contra ela,

para além das agressões físicas constantes, alegando depois que estava sob o efeito do álcool. Ao contar para a mãe, era desacreditada e apanhava, ao mesmo tempo em que era apontada como o centro das brigas e afastamento do companheiro. Milena traz que as situações de assédio e tentativas de abuso jamais foram vistas como “normais”, ou naturalizados por ela.

Milena havia percebido que há muito tempo ultrapassara o limite de tolerância, pois estava em lugar saturado de violências e violações e as relações se tornavam cada vez mais insuportáveis, contudo, não tinha outro lugar para ir. Foi nesse período que o pai biológico, Antônio, reaparece, a partir de um contato feito pela internet, através de uma rede social.

Ele manifesta que tem saudades e desejos de reencontrá-la, e ela compartilha que a situação está difícil, e assim o pai lhe promete uma vida melhor e a convida para morar com ele e sua esposa, em uma cidade no interior do estado da Bahia, o que a faz se organizar rapidamente e partir, pois até o dinheiro da passagem de avião ele havia enviado para ela. Com a possibilidade de sair da condição de miséria que vivia, ela nutre esperanças de algo melhor, e de ter outras oportunidades.

No entanto, ao chegar na casa de seu pai, percebe que ele mantém relação conjugal violenta com sua atual esposa, Samara, e abertamente praticava sexo com várias mulheres, na presença da esposa e filha. Nesse novo cenário, que traz as mesmas referências do anterior, Milena é tratada como mais uma das mulheres que frequentam a casa, por isso é obrigada a realizar tarefas domésticas, além de sofrer agressões verbais, físicas e sexuais.

Samara, a esposa de Antônio, se torna importante aliada de Milena. As duas se fortalecem e buscam resistências para sair daquela condição, na qual se viam amarradas, principalmente por não ter meios de se sustentar economicamente, um dos fatores determinantes anunciado por DAVIS (2016, p. 20), pois, “a estrutura de classes do capitalismo encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual”.

Antônio utilizava de seus privilégios de único provedor, para manter Milena e Samara, sujeitando-as a todas as condições violentas que impunha, encorajado por

um sistema econômico opressor que vê, nesses processos, a possibilidade de estruturar um novo modelo societário, pautado essencialmente em diferenças de gênero, raça e classe.

Milena também é obrigada, pelo pai, a consumir bebida alcoólica, até o ponto de se embriagar, ficando em situação ainda mais vulnerável. Em uma dessas vezes, fica inconsciente e, quando acorda, está ensanguentada, suja de vômito e esperma e sem se recordar do que havia ocorrido. Samara já estava ao seu lado, tentando ajudá-la, mas não soube dizer se a madrastra havia presenciado o que havia ocorrido, apesar de tudo indicar que sim. De forma silenciosa, as duas tentavam sobreviver ao cenário de horror que se estabelecia para ambas.

Essa situação repetiu-se por inúmeras vezes, Milena narrou que, por vários momentos, quis entender como tudo acontecia, mas seu pai a forçava a beber uma garrafa de conhaque. Até que, um dia, decidiu saber o que acontecia, então, quando ele enchia seu copo, ela despidadamente, sempre que possível, jogava parte da bebida em um vaso de flor colocado próximo do sofá em que estava sentada. Quando a garrafa de conhaque acabou, Milena disse que seu corpo gelou, de medo do que iria acontecer. E foi assim, ele a violentou sexualmente, enquanto ela chorava e pedia para parar, até deixá-la desacordada.

O impacto de todo esse processo foi devastador para Milena, no entanto, observa-se uma força em sua narrativa de quem resistiu e sobreviveu às tentativas de dominação de seu corpo e sua mente. Ela diz: *“Eu tinha medo, não sabia do que, até que fui crescendo e descobri”*. A todo tempo os fragmentos trazidos por ela traduzem a historicidade de uma complexa rede de relações e interesses atravessada por uma dinâmica societária erigida sobre bases violentas, em que modelos de masculinidade e feminilidade, assim como as relações étnico-raciais, foram mesmo sendo forjados para cumprir com propósitos de dominação, exploração e desagregação das relações e de afetos, de modo a minar qualquer possibilidade de resistência, e aqui vale enfatizar que é a própria existência de Milena.

Todo o processo vivenciado por ela expõe desequilíbrios nos modos de se relacionar, entender e respeitar limites e delinear outros meios de vida e sociabilidades que não estejam pautadas pelo viés agressivo. Torna-se uma tarefa

árdua e permanente reconhecer e romper com todos os símbolos e modelos que foram sendo impregnados ao longo de séculos de colonização, escravidão, punição e morte, transmitidos através das instituições família, igreja, trabalho e política.

Desse modo, apropriar-se do entendimento dessa construção histórica é fundamental para perceber que estamos fadados a reproduzir e atualizar essas marcas e relações no nosso cotidiano constantemente. Ao mesmo tempo em que nos tornamos coautores de violações como as que Milena vivenciou, pois seu processo de reprodução envolve relações sociais da qual fazemos parte. A culpabilização da “vítima” ou do “agressor”, nesse sentido, em nada contribuiria para a superação do processo de produção e reprodução dessas violências.

Na formação do Brasil, o legado histórico da escravidão, do racismo antinegro, da diferenciação entre indivíduos, devido ao gênero, à raça e classe, apresenta as bases em que se sustenta a violência sexual como fonte desagregadora da potência revolucionária. Milena, reconhecendo-se sempre como mulher negra, representa mais do que um indivíduo, é também um *constructo social*.

Sua história não é única, pois se entende que a história de uma pode ser a história de muitas meninas, jovens e mulheres adultas, em situação de pobreza, atingidas ainda mais por causa do fenótipo, vivenciando as mesmas violências de suas antepassadas, de suas ancestrais. Isso não quer dizer que a situação de pobreza seja determinante para a reprodução da violência sexual, pois, como já explicitado, é fruto das relações sociais, firmadas pelas instituições fundantes da sociedade capitalista.

Desse modo, realizar qualquer discussão sobre violência sexual e outras formas de violência, assim como pensar em intervenções sem considerar o arcabouço de interesses socioeconômicos, políticos e sociais em que ela se constitui, é individualizar a questão e corresponsabilizar apenas uma ou duas pessoas pela violência vivida, incorrendo na grave falha de não implicar toda a sociedade na produção e reprodução de elementos que colaboram para a manutenção dessas formas de violência.

Assim, no próximo tópico será inserido, neste debate, o território onde Milena vivencia grande parte de sua trajetória de violações, resistências e se organiza

diante de um cenário opressor que rebate nos modos de vida das pessoas que ali vivem. Esse debate será composto não apenas como a descrição do lugar, mas, fundamentalmente, trazendo a construção histórica de como se constitui esse espaço ao longo da formação social brasileira, que também se apresenta imbuído de uma estrutura violadora, que, não por acaso, se manifesta a todo o momento na história de Milena, compondo os modos como as sociabilidades a constituem, intercambiando processos, vivências, valores, referências, entre outros.

2.3 Fotografias do Território: Complexidades da Realidade Periférica

Cada lugar uma lei, eu tô ligado. No extremo sul da zona sul tá tudo errado. Sim, aqui vale muito pouco a sua vida, nossa lei é falha, violenta e suicida. Se diz que me diz, que não se revela, parágrafo primeiro na lei da favela. Legal e assustador é quando se descobre que tudo deu em nada e que só morre o pobre. A gente vive se matando irmão, por quê? Não me olhe assim, eu sou igual a você.

(Racionais MCs, 1997).

A região do Jardim São Luís, distrito localizado na zona sul da capital paulista, onde Milena passa grande parte de sua vida, desde a infância até a fase adulta, é apresentada com o intuito de problematizar o complexo processo histórico de formação dessa área, ao longo dos séculos, e até que ponto a dinâmica social constrói objetiva e subjetivamente as sociabilidades nesses territórios, que, não obstante, representam a realidade da maioria das pessoas que habita as regiões periféricas de São Paulo e compõe o cenário em que Milena vivencia e vivenciou todo o processo de violação, que seu deu não somente pela violência sexual, mas também pela falta de acesso à escola, a uma moradia segura, alimentação, entre outros subsídios.

Distrito do Jardim São Luís, zona sul do município de São Paulo. Lugar esquecido. Longe. Fundão. Fim de mundo. Perigoso. Violento. Esses são alguns dos adjetivos que as pessoas, a mídia e algumas pesquisas acadêmicas geralmente se

referem aos bairros periféricos e longínquos da zona sul, hábitat da pesquisadora e onde vivem Milena e sua família.

Os jardins daqui não são como os “Jardins” de lá, ou, como bem versou Mano Brown (2002), integrante do grupo de rap Racionais MCs, “*o mundo é diferente da ponte pra cá*”. Esse trecho da música de Brown, nascido e criado no Capão Redondo, traz uma narrativa que nos revela acerca da construção social do lugar de onde se vive e se fala, fazendo contrastes com a noção de cidadania, pluralidade e igualdade de direitos, privilégios e acessos a recursos da cidade e da sociedade.

Lugar constituído sob um legado do qual pouco falamos, ou pouco consideramos, ao fazer uma análise sobre as violências reproduzidas. Portanto, inicia-se essa discussão sobre a formação desse lugar, periferia do município de São Paulo, Brasil, América do Sul, mencionando os efeitos colaterais de quase quatrocentos anos de escravização e massacre de povos indígenas e africanos; o permanente “holocausto negro”, como chamam alguns pesquisadores¹² e movimentos negros; onde, ao todo, aproximadamente 30 milhões de pessoas morreram, sendo forçadas, em decorrência de um processo de violações e violências, a produzir riqueza para uma minoria branca e europeia sem nenhuma chance de ter o mínimo de sua partilha, ou de conseguir reconhecimento ou reparação por todo o sofrimento vivido, mesmo para os seus descendentes, continuam negadas as perspectivas de desenvolvimento humano e acesso a bens produzidos, mantendo essas pessoas em um lugar de escassez.

Esse processo vai forjando paradigmas que se mostram longe de ser superados, por isso é imperativo considerá-lo na história recente da humanidade e nessa abordagem, pois ele vai determinar o modo como se vivenciam as violências e como o acúmulo de várias delas impacta as relações humanas, étnico-raciais, de gênero e classe, no País, além de ser uma pauta bastante problemática nos discursos e práticas de agentes e instituições públicas e privadas.

¹² No Brasil, o antropólogo Darcy Ribeiro cunha esse termo no livro *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, ao apresentar uma historicização e análise dos massacres cometidos contra as populações indígenas e negras no período colonial. Recentemente, o filósofo camaronês Achille Mbembe, no livro *Crítica da Razão Negra*, atualiza esse termo apresentando reflexões e debates com base na ciência moderna, na biotecnologia e nas altas tecnologias, sendo um dos autores que também debate sobre *necropolítica*.

O sociólogo Octávio Ianni, em *A Ideia de Brasil Moderno* (1992), aponta que três grandes problemas estruturam a sociedade contemporânea: o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo. A formação social brasileira e sua história podem ser narradas a partir do modelo de organização social colonial e do modo de produção escravista, onde todos os tipos de punições, violências e torturas eram infligidos contra os escravizados e trabalhadores livres para a execução dos trabalhos.

No caso das mulheres, esse cenário era ainda mais grave, pois elas tinham que produzir na mesma proporção que os homens e ainda precisavam suportar os ataques sexuais que aconteciam a qualquer hora do dia pelos senhores e feitores, no geral homens brancos exercendo seu poder sobre os corpos negros. Sobre isso, Davis (2016, p. 20) acrescenta que “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras”. A pressão psicológica, a repressão e a imposição de quem dominava e constituía as normas nas colônias se mantêm até após a abolição, pois vemos a reprodução dessas relações ainda hoje entre quem produz a riqueza e quem as detém.

Ao longo de todo o processo de colonização portuguesa do País, desde o século XVI até o final do século XIX, esse sistema sofria o desgaste causado pelas sucessivas insurreições dos escravizados, pelos levantes e resistências quilombolas e diversos conflitos por independência, tendo ainda os ecos da revolta do Haiti de 1791.¹³ A situação de pobreza à qual os negros sempre estiveram submetidos, mesmo após a abolição em 1888, era imensa; aqueles que não viviam aquilombados e continuaram na fazenda, muitos ex-escravizados, agora trabalhadores livres, não tinham terras nem local de moradia fixa, logo precisavam se sujeitar a morar nas fazendas, ou nas proximidades, com recursos mínimos para a sobrevivência.

o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições, especialmente a divisão entre homens e

¹³ Ver: MOURA, Clóvis Steiger de Assis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

mulheres que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta. (FEDERICI, 2017, p. 119).

A condição de miséria impostas pelas elites fazendeiras era premeditada, tornando assim o controle, a contenção e coerção, pelas forças militar e policial, mais do que necessária para garantir a segurança da propriedade privada. Essa situação de pobreza e exclusão vai se acentuando com medidas bem estruturadas, como a lei que proibia o acesso de negros a escolas; a Lei de Terras, de 1850; e, mais tarde, a ciência eugenista, que se desenvolvia na Europa e chega ao Brasil em 1870, a partir do filósofo Arthur de Gobineau, que estava em missão diplomática no País e mantém contato com dom Pedro II, ocasião em que afirma que o Brasil precisava parar com a mestiçagem, pois isso o levaria à degeneração e não garantiria o desenvolvimento pleno como os países europeus. Esse é só um indício de uma prática científica que tomaria fôlego no ocidente, nos anos finais do século XIX e depois alcançaria maior dimensão, no Brasil, do começo do século XX, aliado aos interesses de adentrar no cenário do capitalismo global.¹⁵

Nesse contexto, o Estado brasileiro inicia uma campanha para atrair e trazer um grande contingente de trabalhadores para a nascente indústria, ao mesmo tempo em que coloca em prática a política de embranquecimento do País, estimulando a chegada de imigrantes, em sua maioria vinda de países como Itália, Portugal, Espanha e Alemanha, e posteriormente, do Japão. A este novo contingente da população, majoritariamente branca de origem europeia, foi garantido o direito a cidadania, terra, trabalho e toda a infraestrutura necessária para que se fixasse no País, algo que pode ser visto como uma das primeiras práticas institucionalizadas de assistência social, em um período que a mesma ainda não havia sido desenvolvida enquanto política pública. Nitidamente, isso os manteve, e mantém até hoje, em situação muito superior e privilegiada do que a dos povos que aqui já estavam, ou que vieram forçados e obrigados a trabalhar sem nenhum tipo de recurso.

Essas populações de imigrantes vão se fixar, primordialmente, nas Regiões Sudeste e Sul do País, nas capitais e no interior dos estados de São Paulo, Rio de

¹⁵ Ver: MOURA, Clóvis Steiger de Assis. **História do negro brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, trabalhando extensivamente nas lavouras e, posteriormente, nas fábricas que foram sendo instaladas em diferentes cidades.

A proibição do tráfico de escravos, seguida da transição forçada de monarquia para república, e de um modelo de *plantation* e produção mercantilista para uma nascente produção fabril e capitalista, aos poucos agrada às elites e aos donos de indústria, e, assim, nos anos finais do Brasil do século XIX, o apito das fábricas e a fumaça de suas chaminés já anunciam a aurora de industrialização e desenvolvimento capitalista que se instala no País e se manterá nos séculos seguintes, enquanto que para os povos que produziram e vão continuar produzindo toda a riqueza, ou seja, negros, índios, mestiços e brancos pobres, não haveria de fato qualquer diferença significativa, a não ser uma exclusão social cada vez mais acentuada e organizada política e economicamente. Sobre o discurso de que a acumulação de riqueza é uma possibilidade para todos, Federici acrescenta:

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (FEDERICI, 2017, p. 119).

Nesse contexto de diferenciação dentro do próprio proletariado, uma série de práticas burguesas passa a ser incentivada pelo Estado e assumida por esse novo corpo de trabalhadores, como, por exemplo, o próprio patriarcado, criando novos cenários de sociabilidades pautadas em valores morais, religiosos e nas diferenças declaradas entre raça, gênero e classe, reforçando ideais moralizantes que objetivam a manutenção do controle social em detrimento de resistências populares que pusessem abaixo a moral e a norma social vigente.

São Paulo, cidade onde Milena mora, assume lugar de destaque no que diz respeito a essas novas sociabilidades. Já na segunda metade do século XX, é considerada a grande metrópole de desenvolvimento econômico, com o surgimento

de fábricas um pouco mais distantes do perímetro central, onde já havia supervalorização territorial.

As fábricas passaram a se instalar em regiões periféricas, como Santo Amaro, ao longo dos rios Pinheiros e Tietê, e, com o processo de migração provocada pelo êxodo rural, foram dando formas a regiões ainda mais distantes, como os bairros Jardim São Luiz, Jardim Ângela e outros, no qual, vale dizer, “está colocando à distância das imagens (e descrições) correntes de cidade fragmentada, recortada por enclaves de riqueza, nichos de miséria e territórios de pobreza” (TELLES, 2010, p. 86).

Sociabilidades que são marcadas por processos de exclusão, violações, seguindo o modelo de segregação¹⁶ socioespacial iniciado desde o Brasil colônia. Isso implica diretamente as condições de trabalho, moradia, educação, alimentação, saúde, entre outros, dos moradores desses territórios.

Equilibrado num barranco, um cômodo mal acabado e sujo, porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio, um cheiro horrível de esgoto no quintal, por cima ou por baixo, se chover será fatal. Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou, até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou. Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas, logo depois esqueceram, filha da puta! (Racionais MCs, 1993).

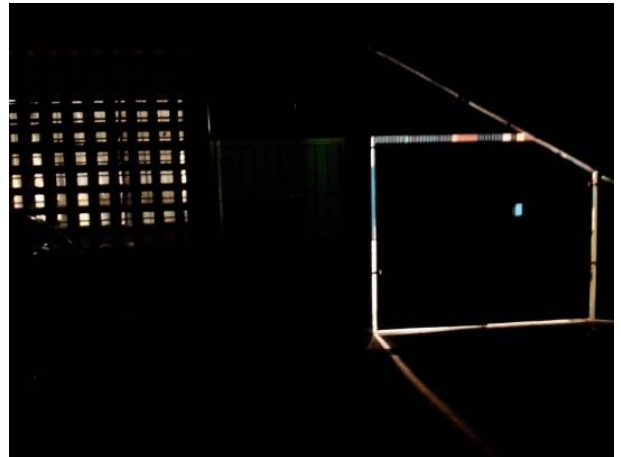
Problemas de ordem estrutural são muito comuns nessas áreas, até os dias atuais, como falta de acesso a água potável diariamente, inexistência de saneamento básico, transportes; e escolas precárias, como é possível observar nas fotos (Figs. 1, 2 e 3) tiradas no ano de 2018, pela autora desta dissertação, e inseridas aqui por entender que as imagens se mostram reveladoras de um lugar que só poderia ter sido projetado para ser assim.

Segue abaixo, algumas fotografias do território do Jardim São Luiz.

¹⁶ “Segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.” (VILAÇA, 1998, p. 142).



Fotografia 1 – cenário da via principal do Jardim São Luiz. Fonte: Autora (2018).



Fotografias 2 e 3 – escola no Jardim São Luiz. Fonte: Autora (2018).

Nessas condições, observar como as questões vivenciadas no território implicam interferências diretas no processo de desenvolvimento de Milena, nas referências de cuidado e proteção do próprio corpo, que se confundem em meio a tanta escassez; na exposição a uma série de outras violações cotidianas, que, por vezes, se apresentam, inclusive, como mais urgentes.

A violação sexual vivenciada por ela ficou oculta, diante da necessidade de sua mãe garantir a subsistência da família; estar envolta em uma relação abusiva; e de não estar respaldada por nenhuma política de proteção social durante boa parte da infância e adolescência de Milena.

Dessa forma, o território entra nesse debate para elucidar e sustentar a natureza histórica, política, social e econômica do processo de produção e reprodução da violência sexual. O percurso de análise desenvolvido até aqui permitiu adentrar nesse debate abordando, de maneira particular, como a situação de violência sexual de Milena realiza-se dentro de um cenário muito específico projetado para que tais violações aconteçam.

Aqui se reafirma até que nível os territórios periféricos foram e são estrutural e institucionalmente projetados como lócus onde se reproduz uma série de violências e violações, que surgem no processo de consolidação de um modelo econômico que, a cada momento, coloca em vigor diretrizes que objetivam minar qualquer possibilidade de resistência.

Em uma imbricada aliança entre Estado, burguesia e igreja, valores sociais vão reafirmando o processo de reprodução dessas violências e violações que, sob uma perspectiva ontológica, se mostraram teleologicamente não projetadas, mas essencialmente importantes para a sustentação dos modelos econômicos estabelecidos ao longo da história.

CAPÍTULO III - SERVIÇO SOCIAL E A VIOLÊNCIA SEXUAL: COMPREENSÃO E INTERVENÇÃO

3.1 As Contribuições do Serviço Social: um Convite à Crítica

Este capítulo objetiva trazer, para reflexão a respeito do processo de produção e reprodução da violência sexual, as contribuições do serviço social, uma profissão que tem em suas bases teóricas a fundamentação histórico-dialética, fundamental para uma análise mais aprofundada, abarcando a totalidade necessária para se compreender como a questão da violência sexual se produz e reproduz.

As reflexões aqui desenvolvidas são fruto da contribuição dessa profissão que vem propondo, desde sua reconceituação, iniciada na década de 1970, a compreensão dos problemas sociais, que se intensificam a partir do modo capitalista de produção, para além de dar respostas às demandas aparentes, ou seja, é pressuposto da profissão compreender as estruturas que embasam esses problemas sociais e como operam e se reproduzem na vida cotidiana.

Acrescenta-se, ainda, o fato de que é um trabalho que envolve diretamente as pessoas, e, portanto,

Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. É, portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – a da profissão e a nossa – em um movimento contínuo. (MARTINELLI, 2006, p. 10).

A profissão de assistente social possibilitou o encontro com Milena e sua história, de modo a abrir caminhos para um processo de desindividualização de um problema que, historicamente, é produzido como individual, e retiradas suas naturezas política, social e econômica. Portanto, esse ponto de partida já é, por si, um convite à crítica, uma vez que recoloca o questionamento sobre aquilo que já entendemos como problema de quem pratica o ato de violação sexual.

É importante ressaltar que o trabalho com violência exige um olhar atento, que o assistente social é capaz de realizar, observando para além da própria condição de “vítima” ou do “autor da violência” que envolve a questão da violência

sexual, e capaz de atendê-los dentro de suas dimensões mais amplas, e atento ao mundo da pseudoconcreticidade, trabalhado por Kosik (2002, p. 15) como: “é um claro-escuro de verdade e engano. Seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo a esconde”.

Descobrir por trás dos produtos e das criações a atividade e operosidade produtiva, de encontrar “a autêntica realidade” do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante, de desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas. (KOSIK, 2002, p. 25).

Essas convenções fixadas no campo da violência sexual aparecem na forma de um ato caracterizado por produzir feridas, dor, angústia, silenciamento, entre outros, mas que tornam difícil identificar as estruturas que determinaram sua produção e que, até os dias atuais, as sustentam. Assim, buscamos desvendá-las neste trabalho.

Não se trata de retirar a responsabilização de quem a pratica, mas de trazer para o debate análises que superem a individualização, que vem atribuindo ao autor da violência sexual uma sobrecarga de ter nascido “agressor”, e que, portanto, saídas como a medicalização, internação e, no caso de alguns países, a castração química, são construídas como estratégias para resolver a questão. O que conduz a um grave engano, tendo em vista que a sexualidade não é de ordem puramente física, mas composta por subjetividade, afetividade e pelo período histórico em que é exercida.

O exercício de olhar para além do aparente, das demandas imediatas, se faz cada vez mais necessário, pois a vida social e sua complexa estrutura nos leva a reafirmar ideias moralistas e esvaziadas da história. Compreender a realidade posta às várias dimensões da vida social e o movimento histórico que interfere no modo como vemos e lidamos com as questões demandadas é de fundamental importância, pois o assistente social, nessa dinâmica, tem um trabalho importante e desafiador, sob o qual a ele fica posta a tarefa de pensar os vários elementos que perpassam a vida cotidiana e ainda identificar onde intervir, considerando as especificidades de cada experiência vivida.

Assim, apreender a *questão social* é também captar as múltiplas formas de pressão social, de re-invenção da vida construídas no cotidiano, por meio das quais são recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado no presente (IAMAMOTO, 2015, p. 161, grifo original da autora).

Portanto, a contribuição do serviço social está em sua articulação teórica indissociável da realidade social, onde se reproduzem os problemas sociais. Assim, os profissionais que decidirem trabalhar nessa área devem manter-se atentos à “contradição” que a questão apresenta, inevitavelmente, pois se trata aqui da importância do(a) assistente social assumir, como parte de seu trabalho, sob a perspectiva da totalidade e crítica, o atendimento a todos os que participam de uma situação de violência sexual, os considerados “autores da violência”, “vítimas” e as demais pessoas envolvidas.

Entretanto, mesmo diante de um trabalho que se apresenta como fundamental para intervir na quebra do ciclo de violência, incluir o serviço social na dinâmica de atendimento tem se configurado como uma resistência cotidiana. Ao passo que, no trabalho desenvolvido no SPVV, os casos de violência sexual eram encaminhados para atendimentos sempre com profissionais da psicologia, destinando ao serviço social apenas tarefas burocráticas, retirando da profissão sua verdadeira proposta.

Vale trazer aqui, para elucidação, uma situação em especial, para exemplificar esse diálogo do por que “não” o assistente social. Foi quando uma profissional da psicologia chegou ofegante, solicitando atendimento para uma senhora, que estava na recepção do SPVV e chorava muito, pois tinha perdido sua casa durante uma tempestade. Ao ouvir a solicitação, logo veio a pergunta: Por qual motivo aquela mulher deveria ser escutada/atendida exclusivamente pela assistente social, se já estava sendo acompanhada pela profissional da psicologia? Poderia o profissional de serviço social garantir o acesso a uma nova casa? O porquê de separar as demandas entre objetivas e subjetivas, e delegar ao serviço social um trabalho objetivo e à psicologia o subjetivo.

Ao entrarmos para a sala de atendimento, a senhora ainda chorava muito e, entre lágrimas, passou a relatar como a vida estava difícil, pois não sabia mais o que fazer com seu marido que quase todas as noites saía perambulando pelas ruas em

surto psiquiátrico, e que temia pela segurança dele. Havia uma semana que não conseguia dormir direito, com uma angústia de que, talvez, ele não voltasse mais para casa. Ela saía todas as noites para tentar encontrá-lo e, nesses períodos, suas filhas ficavam em casa dormindo enquanto ela o procurava. O atendimento durou cerca de duas horas e em nenhum momento a mulher citou a condição da moradia.

Nesse sentido, quem institui a demanda da casa não é a mulher, mas sim a psicóloga, e ainda, vale recolocar, não teria aquela mulher citado o problema da casa apenas para conseguir um lugar de escuta? Nessa situação, inúmeras questões surgem, levando-me até a construção desta dissertação, para trazer para o debate qual é o trabalho do assistente social no processo de produção e reprodução da violência sexual.

Se este é um serviço da política pública de atendimento a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência, o trabalho do assistente social deve ser nesse campo, de trabalhar as questões de violências vivenciadas pelas pessoas que ali são atendidas. Fato é que o profissional do serviço social sempre é solicitado a atuar nas demandas materiais como se estivessem descoladas das demandas internas e subjetivas. Para a análise realizada aqui, o serviço social tem uma contribuição imprescindível, neste campo, e sinaliza que o trabalho com violência requer que os profissionais que lidam com essa temática estejam atentos ao modo como a *questão social* se revela, em sua maioria oculta do sentido que o mantém em um ciclo de opressões e violações nas vivências cotidianas.

É preciso estar atento à conjuntura em que esse indivíduo e sua família estão inseridos e aos afetos que operam nessas relações sociais, de modo que a dimensão totalizante desse cotidiano permita uma intervenção que alcance as verdadeiras demandas e uma quebra no ciclo da violência.

Por meio do contato com essas manifestações do que entendemos como violências, e as indagações que elas geram, como necessidades de solução, que podemos descortinar uma conjuntura em que se apresentarão os elementos históricos que as compõem e contribuem para a perpetuação dessas violências, evidenciando que estão intrinsicamente ligadas a grupos específicos. No caso em questão, vemos um alto número de mulheres que sofrem violência cotidianamente, desde gestos pequenos e aparentemente “toleráveis”, a atitudes nocivas, que conduzem ao feminicídio, e o limite de sua resistência é ultrapassado, tornando-a uma estatística de óbito.

Assim como crianças são ensinadas, desde o nascimento, a produzir e reproduzir estereótipos de gênero e raça. Nitidamente, sabemos que esse não é um problema do capitalismo maduro e da pós-modernidade, mas trata-se da manutenção de uma estrutura complexa que tem como ferramenta a diferença de gênero, raça e classe para a manutenção do processo de dominação/exploração.

Assim, no trabalho do assistente social, sob a demanda de violência sexual, insere-se uma perspectiva que alcança as diversas dimensões da vida cotidiana, e não apenas profissionais e que, segundo Iamamoto (2014, p. 121): “dispõe de um poder atribuído institucionalmente, de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando, entre os elegíveis, os mais necessitados”.

Então, é preciso retomar as novas reconfigurações, considerando o processo histórico, social, político, cultural, racial, classista e de gênero e, principalmente, os afetos que perpassam por esse fenômeno, sob o qual a violência sexual se estabelece e se perpetua.

3.2 Serviço Social: Escuta e Intervenção

As políticas sociais constituem um importante mediador dos problemas sociais gerados da relação capital *versus* trabalho, mas apenas em 2011 constituiu-se uma política específica para o atendimento às “vítimas” e aos “autores” da violência, com o objetivo de promover a proteção e atenção aos casos de violência.

Ainda não podemos falar em cuidado, principalmente no que refere ao autor da violência, mas, apenas, de uma escuta que pode, inclusive, a depender do profissional, produzir conteúdos contra ele mesmo, uma vez que, segundo Yazbek (2017, p. 16), “as políticas sociais tem limites e constrangimentos muito claros, de ordem estrutural agravam sua baixa efetividade”.

Isso não quer dizer que a inclusão do atendimento aos autores de violência sexual nas políticas sociais não seja um avanço. Pelo contrário, configura-se como importante conquista, principalmente no que se refere à superação do ciclo da violência, tendo em vista que o atendimento apenas da criança ou da mulher que

vivenciou a violência tem se mostrado insuficiente, dada a natureza individualizada dessa proposta de atendimento.

Ao compreender, sob a ótica da totalidade, o profissional possivelmente perceberá que não há como intervir no ciclo de violência se não tomar como parte do trabalho o atendimento da “vítima”, do “autor” de violência e das pessoas envolvidas na situação ocorrida.

Sob essa perspectiva, o serviço social pode incluir em suas análises o plano de fundo da questão a partir de uma leitura histórica, a conjuntura social vigente e um olhar para as diversas pessoas que estão ligadas a uma situação de violência sexual. Isso por considerar que essas pessoas vivem sob “processos que interferem nas múltiplas dimensões da vida, que alcançam a esfera da cultura, da sociabilidade, da comunicação, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores.” (YAZBEK, 2014, p. 682).

Durante os atendimentos realizados, Milena traz que tanto a mãe quanto a tia foram informadas por ela sobre os assédios e violações que sofria. Assim como eram comuns, nos atendimentos no SPVV, os relatos de mães que sabiam da relação sexual entre as crianças e o pai ou padrasto, mas que não compreendiam isso como uma questão a ser denunciada, justificando, quase sempre, que vivenciaram as mesmas situações na sua infância, mas que foram ensinadas que o “certo” é não falar. Também eram recorrentes as falas de pais e padrastos autores de violência sexual que não compreendiam a ação praticada como violenta, por tê-la vivenciado inclusive como formas e construções de afetos.

Nesse sentido, vale trazer que a escuta possibilitará encontrar estratégias para intervir e construir, no campo da reprodução da violência sexual, possibilidades de proteção e cuidado, que superem costumes e valores que são historicamente compartilhados e coletivamente silenciados, e que a escuta não é uma ferramenta utilizada apenas pelos profissionais da psicologia, ao menos, o que se propõe aqui, é que seja uma ferramenta de todas as profissões, essencialmente daquelas que disponibilizam o atendimento direto com pessoas, como o serviço social, os médicos, professores, entre outros.

A escuta, quando utilizada sem o pressuposto de criar demandas que não existem, mas de apenas “ver sem estar a pensar”, como diz Fernando Pessoa em seu poema Labirinto, torna-se fundamental para criar estratégias que interrompam

esse ciclo da violência sexual que resiste a gerações, mantendo-se intacta exatamente pelas determinações que as produziram.

Portanto, é possível construir com as pessoas envolvidas em uma situação de violência, um olhar que supere a velha culpabilização que se produz nas falas de Milena, que, como já dito, representa a história de muitos, ou mesmo a condição de desproteção, que se observa pela própria ausência de referências de proteção que, ao longo da história, foi se produzindo com objetivos bem específicos de dominação e exploração.

Nesse sentido, faz-se relevante trazer o relato de um dos atendimentos que conduzi com uma psicóloga, de quatro crianças entre três e seis anos de idade, que haviam vivenciado a violência sexual praticada pelos pais e padrastos. Observamos que o tempo passava e os atendimentos semanais pouco avançavam, no que se refere a minimizar os efeitos causados pela situação de violência sexual vivenciada por elas. Então, foram propostos atendimentos para as mães das crianças, assim como para os autores da violência.

Nos atendimentos realizados, as mães descreviam como se dava as sociabilidades entre os membros do grupo intrafamiliar, entre aquele grupo e os grupos familiares vizinhos, entre o grupo familiar e as instituições, como a escola, igreja e o trabalho, que já revelavam sociabilidades que pouco questionava a posição masculina e o exercício de sua sexualidade.

Além disso, elas traziam uma autoculpabilização, e sofriam como se tivessem revivendo suas próprias violências, mantendo-se silenciadas novamente pela própria noção de autoridade que o papel social da masculinidade atribui ao homem. Com isso, consolidou-se a compreensão de que os atendimentos realizados às crianças só alcançariam seu objetivo de cuidado e proteção se os mesmos conceitos fossem trabalhados com as mães e os autores da violência, evitando a ideia de culpabilização deles. Vale ressaltar que aqui estamos nos referindo a uma maioria significativa dos casos atendidos no SPVV.

Desse modo, iniciaram-se os atendimentos com essas mulheres, e proposto que, durante os encontros, a intenção era retomar a infância delas e não de suas crianças, e que as atividades ali realizadas objetivavam o cuidado com elas. Vários instrumentos foram utilizados para tal, como curtas-metragens, músicas, argila, contos, histórias em quadrinhos, entre outros.

Ao retomar suas infâncias, recordaram das brincadeiras, tarefas, trabalhos que já realizaram, dos sabores aos cheiros. E, com isso, como se davam as relações entre elas e os adultos da casa; as situações em que se sentiram desprotegidas; e de uma forma unânime apareceram questões associadas ao corpo, aos toques indesejados e ao sexo.

Na adolescência, essas mesmas questões se mantiveram potencializadas com a baixa autoestima. Já na fase adulta, todas retomaram falas de seus companheiros que as magoaram e também as deslegitimavam, como: “o seu umbigo parece um cu arrombado”, ou “os seus seios vão pegar no chão de tão velhos”, e, ainda, as várias vezes em que foram obrigadas a ter relação sexual, sob a pressão de que ou fazia ou seriam deixadas por eles.

Reviver essas questões, nomear as violações que viveram e retomar as sensações e trabalhar na perspectiva, como nos diz Yazbek (2014, p. 687), de que “caminhamos profissionalmente juntos aos nossos usuários” possibilita que eles se permitam construir referenciais do que é violência e do que é cuidado quanto a elas mesmas e às suas crianças. Mas isso só é possível se considerarmos a “relevância da dimensão cultural e política do exercício da profissão”. O processo foi finalizado com uma sessão fotográfica na qual elas escolheram tirar as roupas e posar mostrando exatamente as partes do corpo que eram apontadas de forma negativa, ou como propriedade por seus companheiros e pessoas que passaram por suas vidas.

Em síntese, a escuta realizada pelos profissionais do serviço social tem um importante papel no que refere ao atendimento no campo da violência sexual, tal como o atendimento de todas as pessoas que se encontram em situação de violência. Assim como não é possível intervir na chamada “cultura do estupro” com atendimentos focalizados e enviesados à criança, compreender para além do que se apresenta, é fundamental para superar essas formas de sociabilidade em que a violência sexual ainda está protegida pelo invólucro do pensamento conservador. Desse modo,

antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível a ser definido como estrutura da coisa, a essência da coisa, “coisa em si”, de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente. (KOSIK, 2002, p. 17).

Não existe a intenção de criar formas fechadas para intervir em caso de violência sexual que envolva o conhecimento de, pelo menos, um dos responsáveis, mas sim elucidar que, ao considerar os elementos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, encontraremos formas de construir intervenções em que a consciência seja o elemento fundante e possibilite novas formas de sociabilidade, pois

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria e recria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação. (YAZBEK, 2009, p. 128).

Nesse contexto, a autora acrescenta que é na contradição que poderemos encontrar estratégias para superação, e que aqui muito nos interessa para pensar a importância da contribuição do serviço social no campo do atendimento às pessoas que vivenciam a violência sexual nas suas mais diversas formas.

Nesse sentido, a principal contribuição do assistente social perpassa pela sua condição de trabalhador, que “participa tanto do processo de reprodução dos interesses do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (YAZBEK, 2009, p. 129), e é exatamente esse local privilegiado do assistente social que possibilita uma leitura profunda do que é a violência sexual e a serviço de que e em que contexto surge e se estabelece.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a forma como surge e se reproduz a violência sexual, sob a perspectiva do serviço social, foram questões desafiadoras, que revelaram muitas possibilidades de respostas, e só foi possível realizar o trajeto até aqui com base nos referenciais teóricos que sustentam as reflexões e a abordagem do objeto, assim como o processo de retomar as experiências profissionais na política pública de assistência social, local em que o encontro com Milena e sua família se tornou fundamental para a construção desse caminho, que se deu principalmente a partir do repertório constituído a partir das bases teóricas do serviço social, que assume um compromisso com a análise sob o viés da totalidade. Apropriar-se dessa análise é essencial, pois, segundo Iamamoto:

O Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a ótica da *totalidade na apreensão da dinâmica da vida social*, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social. (IAMAMOTO, 2014, p. 27, grifos da autora).

Nesse contexto, o que se observa, a partir das contribuições aqui apontadas, e construídas por meio da junção da metodologia da pesquisa com a metodologia de intervenção, priorizando a escuta dos sujeitos e o significado atribuído ao vivido, que a violência sexual se manifesta nas relações sociais, porque é produzida/fruto delas, e que, ao retomar a história, se visualiza quanto a chamada “cultura do estupro”, que vivenciamos nos dias atuais, tem suas bases fundadas em estruturas muito antigas e sólidas e com objetivos bem definidos. A articulação entre colonialismo, feudalismo e capitalismo é imperativa, nesta análise, visto que

Não há dúvidas de que, na transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para acumulação do capital e que permaneceu assim desde então. (FEDERICI, 2017, p. 146).

Constituem-se como fundantes, no processo da acumulação, o patriarcado, o racismo e a diferença de gênero, que se intensificam com a chegada do capitalismo,

mas não somente no capitalismo apresentam-se como fundantes, pois, nesse período, há uma intensificação, que se sustentará por meio dos valores, da ética e dos costumes, e tornam-se, a cada momento, mais complexos de serem debatidos e colocados em pauta. Há uma série de símbolos construída social e historicamente, em que foi possível adentrar, para desvendar os processos pelos quais se produz e reproduz a violência sexual, e compreender e descobrir suas naturezas política, social e econômica.

A perpetuação e o agravamento desses símbolos, na realidade brasileira, aconteceram, então, de maneira ainda mais intensa, a partir do processo de colonização do País e da transmigração da matriz de pensamento e do modo de vida eurocêntricos, que foi imposta a partir da diferenciação e negação de todas as culturas com que travaram contato. Ou seja, as populações europeias, que vieram constantemente ao País, trouxeram uma forma de reorganização pautada em seus modos de vida, anulando ou tornando inferior todo e qualquer outro modo de sociabilidade.

Isso só foi possível, e ainda é, devido à permanente manutenção e atualização de símbolos historicamente constituídos e mantidos por instituições que organizam, e são determinantes nas relações sociais, por meio da filosofia, ciência, educação, cultura, religião, guerras, leis, economia, organização da política, da sociedade e do trabalho, influenciando objetiva e subjetivamente o modo de vida social.

Por meio do exame detalhado dessas questões é que alcançamos uma compreensão de que a violência sexual, enquanto expressão da *questão social*, é fruto das relações sociais marcadas por bases estruturais antagônicas, circunscritas por profundas desigualdades sociais, em seu interior, mas que não eliminaram por completo as potências revolucionárias, principalmente a das mulheres.

O aprofundamento da análise desse processo histórico possibilitou visualizar as inúmeras formas de resistência das mulheres, contra as opressões que marcaram suas trajetórias, que se davam no fazer das mínimas atividades cotidianas, até organizações coletivas, com ações estrategicamente planejadas, como foi o caso das mulheres camponesas do século XIII, no que se refere ao direito à terra e ao trabalho não pago; bem como das resistências das mulheres negras escravizadas

do século XVI ao XIX e expostas às mais violentas formas de trabalho forçado, como também expropriadas do direito ao próprio corpo, ao serem condicionadas à reprodução de mão de obra escravizada.

Em um período em que não eram consideradas humanas, aprendiam a ler, escrever e transmitiam o conhecimento das ervas contraceptivas, mas, essencialmente, conseguiram manter seus saberes, valores, crenças, afetos e princípios de integração familiar e comunitária, que foram fundamentais para a manutenção e o fortalecimento das suas sociabilidades na diáspora, o que é presente ainda hoje.

É importante destacar que as mulheres, em nenhum momento da história, viviam como puramente “vítimas” de um sistema; suas resistências foram essenciais para elas, suas famílias e comunidades, sobretudo para as mulheres que vieram depois. Portanto, é sob essa perspectiva que, durante toda a produção desta dissertação, a palavra “vítima” foi colocada entre aspas, pois não houve um momento em que as mulheres não resistissem à opressão a que eram e ainda são submetidas.

Desse modo, para nos aproximarmos das respostas concernentes a essa questão, foi preciso considerar que a consciência tem um papel decisivo na delimitação materialista que distingue o ser social dos seres orgânico e inorgânico, pois o ser social se constitui enquanto autor de violência sexual no complexo processo histórico de produção e reprodução das relações sociais, onde a categoria ontológica também é constitutiva da subjetividade desse ser social, que se manifesta no pensar e no agir na sociedade.

Assim, ao “mostrar como as categorias fundamentais e suas conexões no ser social já estão dadas no trabalho” (LUKÁCS, 2009, p. 238), e, na medida em que as condições de trabalho se complexificam e intensificam, as relações humanas também se dinamizam e criam inúmeras formas de expressão da *questão social*, entre elas, a violência sexual. Isso se faz importante, pois o problema não nasce em uma pessoa isoladamente, mas é socialmente produzido, visto que a violência sexual contribui para a manutenção de um complexo sistema econômico, que se nutre de relações antagônicas e da dominação/exploração de corpos, afetando, na

maior parte das vezes, o corpo da mulher e da criança; sobre essa questão, Iamamoto nos acrescenta que:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputa que trabalham os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2015, p. 160, grifos da autora).

Sob essa perspectiva, é fundamental que profissionais dispostos a discutir e trabalhar nesse campo realizem intervenções que promovam a consciência sobre tal questão dos que são violados, aos violadores e aos que estão em volta, constituídos como uma rede que repete/revive as marcas da violência sexual instituídas na história.

Uma intervenção focalizada possivelmente caminhará não somente para o fracasso, mas em direção a um dos lados das forças antagônicas, que, certamente, não será o do trabalhador/atendido. Assim, o exercício de olhar para além do aparente e das demandas imediatas se faz necessário, pois a estrutura social nos leva a reafirmar ideias moralistas e esvaziadas da história.

Nesse contexto, torna-se evidente não ser possível intervir no ciclo da violência com atendimentos direcionados apenas à criança ou à pessoa intitulada como “vítima”, como observado na situação de Milena. A violência sexual marca a trajetória dela e de outras pessoas próximas (como a mãe, tia e madrastra), que passam a assimilar essas situações como práticas comuns de homens, mas que, também, não são as aceitam com passividade.

Portanto, compreender para além da situação que se apresenta, é fundamental, para superar essas formas de sociabilidade, em que a violência sexual ainda está protegida pelo silêncio e invólucro de valores, que marcam tanto o cotidiano de Milena, como das mulheres à sua volta.

O olhar atento à realidade posta, às várias dimensões da vida social e às questões históricas, que interferem no modo como vemos e lidamos com as situações de violência sexual, são fundamentais para construir intervenções que possibilitem a quebra no ciclo da violência. Nesse sentido, o serviço social tem importante papel no que se refere à compreensão da violência sexual, abarcando sua totalidade e, conseqüentemente, o atendimento de todas as pessoas envolvidas.

Por fim, o que foi tratado aqui tem por objetivo lançar novos olhares sobre o processo de produção e reprodução da violência sexual, sob a perspectiva do serviço social, apropriando-se de bases teórico-filosóficas, como a ontologia do ser social; o antagonismo de classes; o excedente do trabalho; a sociabilidade e a cultura; as estruturas econômicas, política e social, como fundamentais para a construção de estratégias para alcançar intervenções capazes de propor mudanças no cenário em que essa e muitas outras violações são naturalizadas. Para isso, evidencia a importância de já no curso de graduação, investir na formação com vistas a reconhecer a violência sexual como uma das expressões da questão social, tendo em vista a determinação estrutural na sua produção e reprodução.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

CASSAB, Latif Antônia. **História oral**: miúdas considerações para a pesquisa em Serviço Social, 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/>. Acesso em: 4 jun. 2018.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **As origens da família, da propriedade privada e do estado**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. VII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Desigualdade de gênero no mundo do trabalho**: as trabalhadoras da confecção. Jundiaí: Paço editorial: 2016.

HANSON, Victor Davis. **Por que o ocidente venceu**: massacre e cultura – da Grécia antiga ao Vietnã. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social no tempo do capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e o seu mundo** (sécs. XV-XVII). Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. Série Núcleo de Pesquisa 1.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 9-23, 2006.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MOURA, Clóvis Steiger de Assis. **História do negro brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis Steiger de Assis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Pedro Paulo Soares (Mano Brown). **Fórmula mágica da paz**. São Paulo: Cosa Nostra, p1997. CD (10:42).

PEREIRA, Pedro Paulo Soares (Mano Brown). **Da ponte pra cá**. São Paulo: Cosa Nostra, p2002. CD (08:48).

PEREIRA, Pedro Paulo Soares (Mano Brown). **Homem na estrada**. São Paulo: Zimbabwe, p1993. CD (08:41).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, s/v., n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, em uma conjuntura de crise do**

capital (tendo como referência a abordagem de lamamoto). Texto utilizado na disciplina Fundamentos do Serviço Social, ministrada pela autora. Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP. São Paulo, s/v., s/n. p. 1-17, 2017.